

The background of the cover is black, featuring a complex, abstract graphic of swirling, interconnected lines in yellow, green, blue, and white. Small dots of the same colors are scattered along these lines, creating a sense of movement and connectivity. The lines and dots are most dense in the lower-left quadrant and become sparser towards the top-right.

# Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.7, n.20, jul.-set.2014

Dossiê temas brasileiros

## **Conselho Editorial**

Ana Amélia da Silva (PUC-SP)  
Celso Fernando Favaretto (USP)  
Fernando Antonio de Azevedo (Universidade Federal de São Carlos)  
Gabriel Cohn (USP)  
José Luis Dader García (Universidad Complutense)  
Laurindo Lalo Leal (USP)  
Maria do Socorro Braga (Universidade Federal de São Carlos)  
Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)  
Miguel Wady Chaia (PUC-SP)  
Raquel Meneguelo (UNICAMP)  
Regina Silveira  
Silvana Maria Correa Tótoro (PUC-SP)  
Yvone Dias Avelino (PUC-SP)  
Venício Artur de Lima (UnB)  
Vera Lucia Michalany Chaia (PUC-SP)  
Victor Sampedro Blanco (Universidad Rey Juan Carlos)

## **Editores**

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUCSP, Brasil  
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil

## **Assistente Editorial**

Tathiana Senne Chicarino, PUCSP, Brasil

## **Comitê Editorial**

Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil  
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, PUC-SP  
Bruno Carriço Reis, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde  
Eduardo Luiz Viveiros de Freitas, Panamericana Faculdade de Arte e Design;  
Estácio-Uniradial SP, Brasil  
Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil  
Miguel Wady Chaia, PEPG em Ciências Sociais / PUC-SP, Brasil  
Rose Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil  
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC, São Paulo, SP, Brasil  
Cristina Maranhão, PUCSP, Brasil  
Syntia Alves, PUC-SP, Brasil

## **Revisão de texto**

Mirella Nascimento

## **Arte e Diagramação**

Alessandra Felix de Almeida

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

## Sumário

**Nota dos Editores** 4

### **Dossiê: temas brasileiros**

**A repressão política e a corrupção policial: os “acertos” e demais  
achques nas dependências do DEOPS/SP na Era Vargas** 7-17

Marcos Tarcisio Florindo

---

**Abramo: linhas tensas, traços estridentes e poesia latente** 19-30

Luís Fernando Zuliatti  
Sílvia Helena Nogueira

**A construção da imagem política de Dilma Rousseff na mídia: a  
propaganda televisiva x a cobertura jornalística na Folha e no  
Estado na campanha de 2010** 31-50

Katia Saisi

**O Brasil no BRICS, segundo a Folha de S. Paulo e O Globo (2011-2013)** 51-81

Diego Santos Vieira de Jesus

## **Artigo**

**Cibercultura e contemporaneidade: panorama de uma sociedade da  
comunicação** **83-97**

Gustavo Souza Santos

Ronilson Ferreira Freitas

Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis

Josiane Santos Brant Rocha

3

---

## **Resenha**

**Mário Palmério: a construção do mito na política mineira** **99-101**

Ana Carolina Ribeiro

## **Poesia**

**Ode à pós-modernidade** **103**

Luis Eduardo Veloso Garcia

*Aurora: revista de arte, mídia e política* chega a seu vigésimo número com um dossiê especial sobre temas brasileiros. História, arte, mídia e atualidade marcam a preocupação do periódico e do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC/SP, com objetos que fazem refletir sobre a realidade nacional. Assim, a primeira sessão do número, traz quatro ensaios que discutiram, em sequência, assuntos que vão da repressão política na era Vargas, às relações Brasil, Índia, China e Rússia.

Configura-se, assim, um apanhando das contribuições dos articulistas que submeteram artigos ao dossiê e que juntos produziram um instigante resultado das possibilidades de investigação e reflexão sobre temas nacionais.

O dossiê se completa com uma resenha de publicação recente sobre o escritor Mário Palmério e o mito da mineiridade na política. Além e mais geral, a sessão artigo focou a cibercultura publicando um interessante resultado de pesquisa sobre o tema.

Agradecemos as contribuições recebidas e desejamos uma boa leitura!

*Os editores*

*Agosto de 2014*





## **A repressão política e a corrupção policial: os “acertos” e demais achaques nas dependências do DEOPS/SP na Era Vargas**

Marcos Tarcisio Florindo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo recupera e analisa algumas das práticas da corrupção e da violência policial ocorridas no DEOPS/SP durante a Era Vargas, no período de recrudescimento da repressão política e social, após a intentona comunista de 1935 até o fim do Estado Novo em 1945. As fontes para esta rememoração são os próprios documentos elaborados pela polícia política, entrecruzados com relatos memorialísticos sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Repressão; Corrupção; DEOPS/SP; Era Vargas

**Abstract:** This article analyses some of practices of corruption and police violence occurred in DEOPS/SP during the Vargas age in a special moment: the period of resurgence of political and social repression, after the communist putsch of 1935 at the end of Estado Novo in 1945. The sources for this recall is the documents from DEOPS/SP interwoven with memoirs published on the subject.

**Keywords:** Repression; Corruption; DEOPS/SP; Vargas age

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela UNESP, FCL, Campus de Araraquara e Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP.

## Introdução

Este artigo trata de um tema ao mesmo espinhoso e recorrente nas políticas de policiamento e segurança desempenhadas pelo poder público ao longo da história republicana brasileira. O assunto é a violência e a corrupção policial, dimensões que a literatura atinente ao tema trata quase que como simbióticas, sobretudo quando analisa as formas arbitrárias da atuação da polícia<sup>1</sup>. Se tais práticas persistem ainda nos termos do atual regime democrático de direito – corroborando a instrumentalidade do abuso de poder para o apaziguamento dos conflitos sociais e para a imposição da ordem – elas tornam-se latentes e preponderantes nos momentos de grave crise e de ruptura política. É na exceção que se verifica uma triste tendência, revelando de forma nítida o caráter sempre político do poder de polícia: quanto mais o Estado instrumentaliza a repressão com o fito de controlar a sociedade, mais o aparelho repressivo requer extralegalidade para o seu desempenho funcional. Quanto mais extralegalidade consignada às autoridades responsáveis pelo policiamento, mais inflacionado fica o mercado de achaques, acertos e demais ilicitudes desde sempre presentes nas relações obscuras entre os representantes “da lei” e os grupos alvos do policiamento<sup>2</sup>.

O período em destaque é um dos mais emblemáticos da história republicana do Brasil. Trata-se da Era Vargas no seu momento mais autoritário, com o recrudescimento da repressão política e social após o malfadado levante comunista de novembro de 1935, detonando um processo de exceção constitucional e de centralização de poder que culminaria na instauração do Estado Novo em 1937, perdurando este até 1945. Nunca é demais lembrar que nesse período foi vigente o “Estado de guerra” e o “Estado de sítio”, acompanhado da formação de um tribunal de exceção (o Tribunal de Segurança Nacional), que aplicava a famigerada Lei de Segurança Nacional. A questão do policiamento era definitivamente uma questão política e social, exacerbando a importância e o papel da polícia política, o famigerado DEOPS, o qual cresceu de importância,

---

<sup>1</sup> Sobre o assunto, ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922 – 1945)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991 e SOARES, Luis E. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>2</sup> Idem.

verbas e meios materiais, orquestrava uma verdadeira “profilaxia” nos ambientes desde sempre vigiados pelas autoridades. E na medida do aumento do seu poder no cenário social, os policiais do DEOPS negociavam desde a liberdade ou prisão de alguns até o acesso de grupos à direção dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho. A importância desse departamento policial na orquestração da repressão que atingiu a sociedade naquele período referenciou a sua escolha como objeto para esta análise dos caminhos e dos descaminhos do mercado de “acertos” disponível para as autoridades responsáveis pelo policiamento<sup>3</sup>. As fontes da pesquisa são os prontuários e dossiês elaborados pela próprio DEOPS, hoje sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, cossustanciadas pelos relatos memorialísticos de militantes e demais personagens que estiveram sob sua custódia no período citado.

Se a ampliação dos poderes de polícia no cenário social, a partir da intentona comunista, correspondeu à inflação e diversificação do “mercado de acertos”, o assunto, desde sempre espinhoso para as autoridades policiais, transparece pouco nos documentos oficiais mantidos nos prontuários do DEOPS/SP. As denúncias mais ostensivas das práticas de corrupção por parte dos agentes ligados à repressão política e social foram efetuadas por ex-detentos e jornalistas oposicionistas, sobretudo após a queda do Estado Novo<sup>4</sup>. Porém, a prática da corrupção tende a assumir proporções de maior amplitude justamente quando parece menor a capacidade do Estado em responsabilizar os agentes por suas arbitrariedades, pois o policial se sente garantido pela impunidade consentida<sup>5</sup>. Nesses momentos em que a repressão não tem reprimenda, ela aparece com mais ênfase nas entrelinhas dos documentos, demonstrando que a impunidade relaxa mesmo aqueles que são responsáveis pela elaboração dos relatos oficiais das ocorrências.

A corrupção policial era, provavelmente, recorrente ao velho DEOPS desde sua criação, em 1924, afinal desde sempre esse departamento atuou com

---

<sup>3</sup> Sobre os “acertos” e seus usos na corrupção policial, ver: MINGUARDI, Guaracy. *Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: São Paulo: Scritta, 1992.

<sup>4</sup> Sobre o assunto, ver: VIEIRA, Antônio. Maria Zélia. São Paulo: Editora Cupolo, 1957 e NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

<sup>5</sup> Segundo Luiz Eduardo Soares: “O universo dos confrontos policiais [...] é um mercado clandestino, regulado pelo custo do ‘desvio de conduta’. Explico: os preços da vida e da liberdade são inflacionados quando fica menos arriscado para o policial matar e negociar a liberdade. Isto é, quando caem os custos do ‘desvio de conduta’” (SOARES, 2000, p.34).

ampla delegação de poderes não consignadas pela vigilância efetiva da justiça, favorecendo a possibilidade dos “acertos” entre os mantenedores da ordem e os apontados como desordeiros. Essa mesma baixa efetividade dos controles externos garantia que o assunto não transpassasse as portas da delegacia. Porém, nas tais entrelinhas existem indícios apontando para a recorrência dessas práticas arraigadas à cultura policial. O tenente João Alberto, quando iniciou a reforma no aparelho policial do Estado, logo após a revolução de 1930, reclamando pela efetivação da “polícia de carreira” como contraponto necessário às nomeações políticas dos inspetores, declarou uma frase cujo sentido se tornaria lugar comum em diversos discursos dos “políticos” da polícia: “os investigadores passam miséria quando são honestos” (BARROS, 1933 apud CUNHA, 1998, p.08). Sobre os setores sociais, considerados pelos policiais como “parte” de sua “jurisdição”, a prática da corrupção não perdeu força com as reformas burocráticas que atingiram a agência no decorrer dos anos 1930. Aliás, essas práticas se ampliaram e ganharam maior visibilidade com as novas atribuições do policiamento. Nos sindicatos legalizados, por exemplo, tornou-se comum a propina, dividida entre policiais e funcionários do Departamento do Trabalho, para fornecer pareceres favoráveis às chapas concorrentes e mesmo homologar a posse de diretorias nas associações. Por vezes, os representantes do Estado cobravam e garantiam apoio a mais de um aspirante ao cargo de presidente das associações. Tal prática é perceptível no relato indignado de Gaspar, dirigente sindical, transcrito por um reservado do DEOPS em uma assembleia sindical do MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores) em 1945:

“...é preciso acabar com esta exploração que há de no fim das assembleias, o investigador e o inspetor do departamento pedir 50 mil réis a cada um fazendo entre eles o jogo de dar para um e do outro para o outro, no que os presidentes dos sindicatos atendem”<sup>6</sup>.

Tais práticas de corrupção, decorrentes sobretudo das novas atribuições legais da polícia política, conviviam com formas mais antigas, sempre efetivadas contra operários e demais extratos subordinados da população. Estes estavam cientes da pouca efetividade das leis para a sua proteção contra as arbitrariedades praticadas por policiais. Uma dessas possibilidades de achaque era favorecida

---

<sup>6</sup>“Comunicação n.413”. 03/08/1945. Dossiê DEOPS/SP n. 30-Z-60 do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT).

pelas prisões sequestros, assim denominadas devido a ausência de registro da ocorrência ou da passagem do preso pelas dependências policiais. Prática comum naquela época de terror e de prisões a granel, o achaque se consumava quando o popular detido, sem maiores explicações, após ser atemorizado nas dependências policiais, era solto mediante pagamento. Conforme explicitam alguns relatos memorialísticos, alguns operários eram vitimados de forma recorrente por agentes da polícia política. Esse “aluguel da liberdade” tornava-se, por vezes, uma verdadeira tributação criminosa, uma frouxa garantia de que a vítima, e também sua família, não seriam novamente importunadas pela polícia, ao menos enquanto se consentisse com o achaque. Um exemplo dessas práticas foi denunciado pelo ativista Antônio Vieira, preso no Presídio Maria Zélia em 1936. Segundo Antônio, logo após sua prisão, seria detido seu irmão, José Vieira de Farias, o qual não tinha atividades políticas. O motivo alegado pelos policiais para efetuar essa nova detenção, era interrogar o preso para saber de suas relações com o irmão detido. Não podendo satisfazer as questões levantadas pelos agentes, e talvez percebendo o temor do simplório operário diante daquela situação temerária, os policiais resolveram não “perder a viagem”, negociando a liberdade de José com o próprio, mediante pagamentos semanais<sup>7</sup>.

O operário ficou detido por espaço de onze horas e somente obteve a liberdade após ‘entendimento’ com os agentes. José Vieira de Faria entregava Cr\$ 250,00, todos os fins de semana, num ponto marcado na Penha a dois indivíduos que se diziam agentes, durante cerca de dois anos. A residência do operário foi varejada e em tudo a polícia sentia o ‘cheiro de Moscou’ (VIEIRA, 1957, p.133).

A prática da corrupção, desde sempre presente no cotidiano da agência, ganharia novo fôlego com a institucionalização política da repressão, pois essa também passou a atingir, com toda sua violência discricionária, alguns setores sociais mais privilegiados da população, portanto, com maiores possibilidades de efetuar negociações. Um caso ilustrativo aconteceu com o ator, simpatizante do comunismo, Procópio Ferreira. Este sofreu com os contínuos achaques praticados por um inspetor reservado do DEOPS/SP, “que (sic) é um antigo

---

<sup>7</sup> No Rio de Janeiro, segundo Davi Nasser, a prática também era corrente. Segundo o autor, o policial Ramos de Freitas recebia dinheiro das famílias dos presos: “Enquanto o homem estava na geladeira, um advogado que Ramos de Freitas mandava se entrevistar com a família: ‘Por tantos mil cruzeiros, respondo pela liberdade do seu marido’. E assim se fazia a história” (NASSER, 1966, p.100).

elemento da guarda civil, da qual saiu após certo inquérito em que foram excluídos cerca de cinquenta guardas”. O policial se apresentou a Procópio como delegado do partido comunista, ganhando sua confiança. Após ouvir do célebre ator sua confissão, sobre as simpatias que nutria pelo ideário comunista, colaborando mesmo com dinheiro para o Socorro Vermelho, o disfarçado revelou sua verdadeira identidade, passando a cobrar propina para não denunciar as atividades do ator em prol do órgão de auxílio dos presos políticos. “Estou informado que tal inspetor andou durante muito tempo tomando dinheiro de Procópio Ferreira”. A denúncia, por outro reservado ligado ao DEOPS, dos ataques contra Procópio não foi motivada pela detecção da prática ilegal da corrupção, e sim porque o trato do inspetor corrupto com o renomado ator envolvia a venda de informações privilegiadas da polícia. Como, por exemplo, o aviso antecipado de que um “elemento qual não sei o nome”, da companhia teatral de Procópio, estava na eminência de ser preso pelas autoridades. Segundo o policial denunciante das práticas do agente corrupto, esse havia informado Procópio da eminência de sua própria prisão, caso teimasse em se apresentar num festival teatral na mira das autoridades do DEOPS.

12

Estou informado de uma prisão de certo elemento da Companhia de Procópio [...] De fato, dias após a polícia tentou efetuar a prisão do referido, mas não conseguiu, porquanto Procópio havia embarcado tal elemento de São Paulo de conformidade com um aviso que recebeu do tal inspetor [...] por tudo isso é bem possível que o festival que estava para realizar-se dia 17 seja mesmo adiado, ou então deixe Procópio de tomar parte no mesmo. Pela programação entregue a censura poderá V. Exa. verificar o que informo no momento. Nesse caso a necessidade de uma sindicância procedida por V.Exa., a fim de apurar a veracidade, bem como a responsabilidade, de tal inspetor<sup>8</sup>.

Por outro lado, os implementos financeiros do Estado destinados a ampliar o raio de operações da polícia política se tornaram, durante Era Vargas, um meio seguro e fecundo de aumentar os rendimentos pessoais dos policiais. As verbas secretas, afluindo ao DEOPS com maior profusão após novembro de 1935, constituíram, segundo Davi Nasser, uma verdadeira indústria da delação, cujo montante de dinheiro direcionado e utilizado sem maiores escrúpulos pelas autoridades dificilmente podia ser mensurado, ou mesmo cobrado, de quem

<sup>8</sup> “Informe reservado”. Prontuário DEOPS n.1962 do Socorro Vermelho Internacional.

quer que fosse. Da permissividade do Estado brotaram práticas sistemáticas, como a promoção de “recompensas” por indivíduos delatados, cujo preço era acertado entre delegados e seus subordinados, sem levar muito em consideração a veracidade das denúncias apresentadas. “O cagoeta feliz comparecia à polícia e recebia Cr\$ 50,00 a que tinha direito por indivíduo apontado[...] via-se indivíduos que antes davam facadas nos amigos de Cr\$ 10,00 tornarem, quase de noite para o dia, ricos proprietários” (NASSER, 1966, p.150). Outra denúncia dos recorrentes desvios das verbas direcionadas à polícia política era anotada no superfaturamento das compras e serviços destinados aos presídios políticos paulistas. Segundo Antônio Vieira, “alguns carcereiros ou diretores de presídio furtaram tanto que fomentavam ainda mais a reação, pois em virtude da falta de alimentos no presídio os encarcerados protestavam, resultando espancamentos e mortes” (VIEIRA, 1957, p.75).

Os espancamentos e as mortes eram uma realidade factual dos superlotados presídios paulistas pós levante, promovendo, por vezes, a rebelião coletiva dos presos submetidos à dura realidade dos calabouços durante a vigência do Estado de sítio e do Estado de guerra. Um dos primeiros motins aconteceu em decorrência da morte do operário gráfico, membro de proa da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), o trotskista Manoel Medeiros – o qual havia contraído tuberculose durante a grande repressão de 1932. Após conseguir escapar do primeiro cerco policial aos militantes da Liga Comunista Internacionalista – agremiação dos trotskistas naquela época – Medeiros foi preso em São Paulo nas diligências efetuadas contra os remanescentes da associação, acontecidas entre maio e junho de 1936, quando caíram também os militantes Hílcar Leite, Josephina Gomes, Fuad Mello, Fernando Salvestro, Fulvio Abramo e Ariston Russoliello<sup>9</sup>. Considerado pelos policiais como um “elemento” importante da organização, Manoel Medeiros foi torturado no DEOPS, e os policiais também o fizeram assinar um termo de “abjuração” aos ideais de Trotsky<sup>10</sup>. Depois de diversas humilhações, Medeiros foi depositado, alquebrado, nas dependências do presídio político “Maria Zélia”, vindo a

<sup>9</sup> Sobre o assunto, ver: CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Tempos de viver: dissidências comunistas em São Paulo (1931 -1936). UNESP, campus de Franca: Tese de livre docência em História, 2000, p. 327 a 331.

<sup>10</sup> “Declaração de Manoel Medeiros”.Prontuário DEOPS/SP n. 177 de Manoel Medeiros.

falecer sem assistência médica. A revolta que se seguiu, no dia 17 de agosto, como protesto por sua morte, segundo Hilcar Leite, durou das oito da noite até as cinco da manhã. Os policiais jogavam bombas no interior do presídio e os presidiários resistiam como podiam. Os distúrbios só terminaram com a intervenção, coordenada, de diversas forças policiais mantidas pelo Estado.

Incendiamos os colchões e fizemos uma algazarra danada [...] nós ainda lutamos das oito horas da noite até às cinco horas da manhã, impedindo que eles [a polícia] entrassem. E eles jogavam bombas de gás. Defesa contra o gás lacrimogêneo: papel celofane. Defesa contra os gases queimantes: pasta de dente. Contra os sufocantes: toalhas embebidas na água. Correu o boato que estávamos sendo massacrados, e as mulheres e filhas dos presos se reuniram em frente da cadeia e do palácio do governo. Foi uma confusão danada, uma coisa dura para diabo. Ficou todo mundo intoxicado [...] (GOMES, 1988, p.182).

Outras revoltas seguiriam, potencializadas pela radicalização das arbitrariedades policiais. O próprio “Maria Zélia” seria posteriormente palco de uma célebre chacina, efetuada pelos carcereiros dos presos, na noite de 21 de abril de 1937. O motivo era uma tentativa de fuga, frustrada pela equipe de vigilância comandada pelo sargento da Força Pública, o “russo branco” Gregório Kovalenko. Outras fugas anteriores haviam despertado a ira dos policiais. Em 10 de fevereiro do mesmo ano, haviam fugido do presídio dezessete militantes de diversas correntes, entre eles João Matheus, Victor de Azevedo Pinheiro, Fuad Mello, Natalino Rodrigues, Paulo Emílio Salles Gomes e Issa Maluf. Dessa vez, os agentes de segurança resolveram punir exemplarmente aqueles que haviam perturbado o seu plantão. Após o espancamento dos fujões, os prisioneiros não envolvidos na tentativa, mantidos em suas celas, começaram a escutar a fuzilaria. Foram sumariamente assassinados Augusto Pinto, João Varlotta, João Constâncio da Costa e Naurício Maciel Mendes. Ficaram feridos à bala Antônio Donoso Vidal, Valdemar Schultz e Oscar Reis<sup>11</sup>. A repercussão do caso obrigou o DEOPS a instaurar inquérito para apurar as responsabilidades dos guardas, mas a sindicância os livrou de quaisquer responsabilidades. Conforme foi alegado, simplesmente, os policiais cumpriram com seu dever<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Sobre o assunto, VIEIRA, 1957.

<sup>12</sup> Sobre o assunto, ver: Prontuário DEOPS/SP n. 5229 do Presídio Político Maria Zélia.

No cumprimento do dever, o DEOPS/SP prendeu, espancou e matou durante os anos de chumbo da Era Vargas. A exacerbação do poder policial garantia as autoridades o direito de vida e de morte sobre os vigiados, inflacionando o mercado de “acertos”, lastreado pela certeza absoluta da impunidade. A despreocupação com as consequências dos atos violentos e criminosos praticados nas dependências policiais era tão latente que mesmo a formalização de denúncias sobre estes atos eram de antemão desacreditadas e a responsabilidade atribuída às próprias vítimas (como no caso da chacina do Maria Zélia citada acima) ou diluídas no labirinto despersonalizante da burocracia, onde ninguém tem razão ou culpa. Como no parecer do Delegado Theophilo Dias Mesquita sobre o desaparecimento de uma máquina fotográfica das dependências do Serviço Secreto da agência.

A máquina reclamada desapareceu do cofre do Serviço Secreto em novembro de 1943...a apreensão do objeto reclamado se verificou na época da decretação do Estado de guerra entre o Brasil e as nações do eixo. Várias outras apreensões foram feitas desordenadamente, sem método e sem a cautela necessária, e nas mesmas condições depositadas centenas de objetos apreendidos nas várias repartições policiais. Naturalmente o DOPS não se encontrava aparelhado para fazer frente aos seus colossais trabalhos em circunstâncias transcendentes, de estado de guerra, daí a confusão e conseqüentemente as irregularidades enerváveis. Não podemos atribuir a responsabilidade a ninguém<sup>13</sup>.

15

O nome do reclamante não está citado no documento. Nos termos do DEOPS, é mais um “ninguém”, não no mesmo sentido daquele outro “ninguém” citado pelo delegado no seu parecer, mas no seu complemento. O anonimato confirma a precariedade do direito. Parece óbvio que essa vítima, como tantas outras, não readquiriu o seu equipamento ou obteve qualquer ressarcimento.

## Referências

*Fontes dos Arquivos do DEOPS/SP – Arquivo do Estado de São Paulo*

Prontuário DEOPS/SP n. 177 de Manoel Medeiros

<sup>13</sup> “Inquérito interno”. 09/01/1948. Prontuário DEOPS/SP n. 3477 de Comunicação Interna. Pasta 1.

Prontuário DEOPS/SP n. 1962 do Socorro Vermelho Internacional  
Prontuário DEOPS/SP n. 2431 do Partido Comunista Brasileiro  
Prontuário DEOPS/SP n.3477 de Comunicação Interna  
Prontuário DEOPS/SP n. 5229 do Presídio Político Maria Zélia  
Dossiê 30 -Z – 60 do MUT (Movimento Unificado do Trabalhador)

*Referências bibliográficas*

CAMPOS, Alzira Lobo de A. *Tempos de viver: dissidência comunista em São Paulo (1931 - 1936)*. Tese de livre docência em metodologia da história, FHDSS Unesp/Franca, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UNB, 1993.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. *O Serviço Reservado do DEOPS/SP na Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

16

FLORINDO, Marcos Tarcisio. “A grande repressão de 1932 em São Paulo” In *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol.4, n.8; dezembro de 2012.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1988.

MINGUARDI, Guaracy. *Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: Scritta, 1992.

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 -1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VIANNA, Marli Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VIEIRA, Antônio. *Maria Zélia*. São Paulo: Editora Cupolo, 1957.



## **Abramo: linhas tensas, traços estridentes e poesia latente**

Luís Fernando Zuliatti<sup>1</sup>

Silvia Helena Nogueira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma leitura de Lívio Abramo, em sua riqueza de detalhes na produção de xilogravuras. Este artigo dialoga com a literatura, via a poesia brasileira, cuja essência revela uma percepção lírica e crítica do cotidiano. Para isso, utiliza-se uma linguagem acessível, de fácil compreensão.

19

---

**Palavras-chave:** Lívio Abramo; Poesia brasileira; Xilografia.

**Abstract:** This article presents a reading of Lívio Abramo, in its wealth of detail in the production of woodcuts. This paper discusses the literature, via Brazilian poetry, whose essence reveals a lyrical and critical perception of everyday life. For this, we use a simple language, easy to understand.

**Palavras-chave:** Lívio Abramo; Brazilian poetry; Woodcuts.

---

<sup>1</sup> Professor Pós-Doutor em Arte, Mídia e Política, pela PUC-SP e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, Coordenador do curso de Gestão de Marketing, na FAAP-SP.

<sup>2</sup> Professora Doutora em Língua Portuguesa pela USP, atuando como Professora Pesquisadora da Faculdade Anhanguera de Jacareí e docente efetiva na Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.

## Introdução

A linha tênue de detalhes que perfazem as artes cruza, por vezes, diálogos que não são expressos nitidamente, mas se entrelaçam em redes de pescar palavras e imagens, que entrelaçadas, transformam-se em novos arcaibouços plenos de conhecimentos a ser desvendados. A beleza desses desvelamentos permite novos e diferentes voos de sentidos e sensações.

Isso é o que se pode identificar na riqueza de detalhes encontrados na produção de Lívio Abramo que, neste artigo, dialoga com a literatura, via fragmentos da expressiva poesia brasileira, cuja essência revela uma percepção lírica do cotidiano.

Segundo a notável imagem platônica, a poesia instiga a lembrança da beleza eterna, despertada pela contemplação dos belos corpos. Ela reacende o desejo infinito do Belo, que se chama Amor, e reimpluma as asas da alma, a fim de prepará-la para o voo de retorno ao mundo inteligível, sua pátria de origem. Nesse sentido, é fundamental um diálogo possível com o mundo sensível, o que pode ser realizado via imagem artística.

As formas de animais foram, sem dúvida, as primeiras imagens que interessaram aos homens pré-históricos, não apenas por sua importância como ameaça, mas talvez por suas possibilidades como recursos alimentares. Cultos eram reservados a eles, que muitas vezes eram usados como totens, ou seja, imagens sagradas.

Por um lado, as primeiras inscrições gravadas pelo homem consistiram nas marcas deixadas sobre pedras que formavam as paredes de seus abrigos (cavernas) e, por outro, derivavam das marcas impressas sobre as mesmas paredes com suas mãos, muitas vezes pintadas com sangue dos animais que caçavam.

Nesse sentido, pode-se dizer que o mundo sensível e o inteligível se encontravam apregoando significados e formas diferenciadas de expressão. Esses dois modos de imprimir determinaram as bases de algumas técnicas de gravação usadas até os dias atuais – as gravuras de incisão, as de blocos seccionados e outras, como as monotípias e os decalques.

No Brasil, dentre outras expressões, o uso da xilogravura apresenta três vertentes importantes, a xilogravura de Cordel, a xilogravura comercial e a xilogravura artística. Assim, além dos vários artistas brasileiros que se expressaram

por meio da gravura em madeira, devem ser citados os artistas populares e a Literatura de Cordel, que vêm utilizando a técnica de modo muito criativo na ilustração de hábitos, poesia popular e tradição da cultura brasileira.

Muitas dessas obras estão ligadas à crítica social e política, o que lhes confere valor histórico e status de documentação regional. Essas peças são produzidas principalmente na Região Nordeste do Brasil. Além disso, diversos artistas populares têm encontrado na xilogravura um meio profícuo para sua expressão plástica.

O desenvolvimento da xilogravura artística no Brasil se intensificou nas primeiras décadas do Século XX, com a ida para o Rio de Janeiro do gravador brasileiro Osvaldo Goeldi. Com ele, Lasar Segall e Lívio Abramo, inicia-se um dos mais expressivos momentos da arte no Brasil, que foi a moderna gravura brasileira.

Existem duas formas básicas de preparar matrizes para impressões em xilogravura. Uma delas é pela utilização da madeira cortada no sentido longitudinal em relação ao tronco, ou seja, na direção de seu comprimento. A outra forma é por meio de cortes e incisões sobre fatias da madeira, ou seja, pedaços cortados transversalmente, no sentido vertical do tronco da árvore da qual ela é extraída. De acordo com o corte da madeira, as ferramentas utilizadas para as incisões são diferentes. No primeiro caso, são usadas goivas, formões e facas. No segundo, as ferramentas utilizadas são os buris de pontas diferenciadas (SABOIA, 2003)<sup>1</sup>.

Entrelaçando essas ideias, delinea-se o diálogo a seguir.

### **Linhas Tensas e Traços Estridentes**

Lívio Abramo nasceu em 1903, em Araraquara (SP), Brasil, e faleceu em Assunção, Paraguai, em 1992. O valor dado por sua família ao exercício das artes o levou a, desde cedo, se interessar pelo desenho. Em entrevista concedida ao jornal “O Estado de São Paulo”, em 28 de agosto de 1981, Abramo relata sobre a sua estada em uma das melhores escolas de São Paulo, a Dante Alighieri. Uma das disciplinas incluídas para as crianças foi o curso de Desenho . (O Estado de São Paulo. São Paulo, 28/08/1981, apud Silva 2011, p.5).

<sup>1</sup> Disponível em: [www.bcb.gov.br/htms/Seminarios/Museu2003/Gravuras.pdf#sthash.tuKn-bC5g.dpuf](http://www.bcb.gov.br/htms/Seminarios/Museu2003/Gravuras.pdf#sthash.tuKn-bC5g.dpuf). Acesso em: ago. 2013.

O interesse pela gravura começou primeiro quando teve contato com a arte de Goeldi, na época em que este publicava gravuras em “O Jornal” do Rio de Janeiro, na segunda metade dos anos de 1920. Ele se refere a Oswaldo Goeldi como sendo uma de suas inspirações: “O Goeldi deriva daquele grupo de gravadores expressionistas que se formaram durante a Primeira Guerra Mundial. Ele havia sido deserdado pelos pais e para sobreviver começa a publicar em ‘O Jornal’”. (O Estado de São Paulo apud SILVA, 2011, p.5).

Lívio Abramo teve seu primeiro contato com a xilogravura entre 1928 ou 1930, quando perambulava pelas ruas de São Paulo procurando emprego; entrou em uma sala em que se realizava uma exposição de gravuras expressionistas alemãs.

De repente, encontrei-me deslumbrado com aquela arte cheia de gritos de cor, de cólera, de paixão, expressavam a mesma revolta humana, a mesma ânsia de renovação que eu provava em minha consciência e em meus sentidos. Essa era a expressão que eu procurava definir para mim mesmo ( O Estado de São Paulo. apud SILVA, 2011, p.5).

No Brasil, o artista Lívio Abramo nunca se dedicou, exclusivamente, ao seu próprio trabalho artístico, apesar de se destacar como gravador já no final dos anos de 1940. De acordo com Lélia Abramo, o ambiente familiar influenciou as opções de vida de cada um dos Abramo. “Nada em meu pai e minha mãe era medíocre. Ambos sensíveis às artes carregavam toda a filharada para teatros, exposições de todos os gêneros, eventos culturais, inaugurações oficiais etc.” (ABRAMO, 1997, p. 23 apud SILVA, 2011, p.6).

Lélia, ao lado de Sérgio Buarque de Hollanda, participou da Frente Única Antifascista, em 1935, sendo de grande importância no cenário político e cultural brasileiro, atuando como atriz durante muitos anos.

De acordo com o que Lélia Abramo indica, a questão política está presente em toda família, como herança. A preocupação com a justiça social acompanhou o irmão Lívio Abramo desde sempre e o levou, ainda jovem, a militar no Partido Comunista, e a interessar-se pelo trotskismo e pelo socialismo. Nessa época colaborava fazendo ilustrações para tabloides sindicalistas. Em 1932, foi expulso do Partido, acusado daquele mesmo trotskismo que o levou a ingressar nas lutas políticas (SILVA, 2011, p.6).

Cada um dos Abramo produziu uma forma de expressão artística e/ou política que se misturou às suas vidas, às suas memórias de infância, lendo

colunas de jornais anarquistas para o avô Bortolo, que já era cego; a própria forma como foram criados, sempre instruídos pelo pai a não se comoverem com perdas materiais, a não se abalar com a grave situação econômica pela qual passaram nas primeiras décadas do século (SILVA, 2011).

Essas pequenas memórias formaram certo tipo de consciência política, que proporcionou aos Abramo o desejo de representar uma oposição diante da sociedade em que viveram, principalmente durante a Era Vargas, participando do partido PC (Partido Comunista) entre 1930 a 1932, quando foi expulso acusado de agente da polícia.

Entre 1934 e 1935, participou do movimento socialista. Suas atividades artísticas sempre foram entremeadas por compromissos da ordem da sobrevivência ou da militância política partidária ou sindical. A descontinuidade em seu ritmo de produção de gravura, em especial, chegando a intervalos de quatro ou cinco anos, o acompanha também no Paraguai. Mesmo depois de muito tempo sem exercer a militância política ou o jornalismo e, de certa forma, estabilizado financeiramente, Lívio julgava-se um artista bissexto por reconhecer uma ausência de regularidade na produção de suas obras (NEPOMUCENO, 2010)<sup>2</sup>.

### A Figura Humana

Lívio Abramo representava a figura humana com toda força dramática, feições tristes, rostos indefinidos, algumas vezes aparecem isoladas e outras, concentradas em grupos sempre compactos. “As mulheres de Itapecerica”, de 1941, (ver em<sup>3</sup>) são mulheres trabalhadoras em ação, reconhecendo sua força, em diversas frentes, na clareza e na escuridão dos valores brancos que são retirados dos fios da madeira e dos pretos tintados na madeira da xilogravura impressa.

Podem-se ver nesta imagem os talhos da madeira, figurativizando o vento, pela frieza do tempo, o que permite associar às forças, tanto as benignas quanto as destrutivas, ao processo de regeneração expresso pela vitalidade feminina.

<sup>2</sup> Disponível em: <[www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2010/m\\_margarida\\_nepomuceno.pdf](http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2010/m_margarida_nepomuceno.pdf)>. Acesso em: 19 ago 2013.

<sup>3</sup> <http://www.portalguarani.com/userfiles/images/Livio%20Abramo/El%20siglo%20de%20Livio/livio%20abramo%20el%20siglo%20de%20livio%201903%202003%2027%201.jpg>. Acesso: set.2014.

Essa visão da vitalidade, percebida pelos movimentos da goiva na madeira, se expressa na imagem via condensação das linhas largas e onduladas, nos planos cheios e vazios, até que as linhas evidenciem a criação do movimento, o que congemma na gravura seduzindo o olhar.

As três mulheres em movimento estão carregadas de energia que impulsionam diferentes vertentes, expressas pelo olhar de duas para a esquerda, paradoxalmente opostas, e uma para a direita, direcionada pelo vento. As figuras estão firmes e plantadas, mas, ao mesmo tempo, tão leve como se estivessem suspensas no espaço. Essa mescla sutil de serenidade e vigor, de firmeza, podem descrever a configuração das forças que representam o tema da obra.

O plano de fundo da gravura, as linhas onduladas que representam o vento, sobrepõem-se num movimento que vai da esquerda para direita. Esse movimento lateral para a direita é contrabalançado pela localização da caixa, que está no lado direito da gravura, estabelecendo, assim, um contra movimento de equilíbrio.

Por outro lado, o movimento dominante para esquerda é enfatizado pela colocação assimétrica das duas mulheres. Uma das cabeças à esquerda está inclinada quase no mesmo ângulo em relação à borda esquerda. A cabeça da segunda mulher, à esquerda, cuja base está no centro e virada para a esquerda, está firmemente assentada no centro da gravura.

O outro foco da composição, os braços e as mãos, projetam-se ligeiramente para trás numa atitude de potencialidade contra o vento. As mãos cobertas, embora escondidas, neutralizam a ação do vento frio. Cada figura está desequilibrada em si; juntas elas se equilibram na estrutura de toda a obra. O movimento expressivo dessa imagem permite estabelecer um paralelo com o poema “As Ventoinhas”, da obra *Crisálidas*, de Machado de Assis, escrito em 1863, em linguagem peculiar a época. Nele é possível perceber, tanto quanto na Gravura 1, que o movimento do vento também está presente, destacando a figura feminina. A mulher é o cata-vento que se lança ao vento, tão turbulento e incerto quanto o mar.

O vento passa a ser o elemento que explicitamente desencadeia o entrelace do olhar, ainda que sem depósito de esperança do eu-lírico, uma vez que estabelece uma relação passageira, como os castelos de areia, tragados pelo mar. Quando não, é uma caçada, de fadas vilãs, metaforizando a conquista, de alma

e voz. Assim, as mulheres, como cata-ventos, colhem os movimentos do vento, ao mesmo tempo em que estimulam a propagação do ar, para, paulatinamente, transformar sua força em mansidão e frescor, tal como a água, símbolo da vida. Vento e água, mulheres e vida, eternizados pela arte. Como na poesia de Machado de Assis, *As ventoinhas*<sup>4</sup>.

A grandiosidade da arte está exatamente em seu poder atemporal, visto que artes distintas podem dialogar tematicamente, estreitando laços estéticos. Retomando o processo, chuva e vento rompem a realidade.

### **Chuva e o Vento: os fios diagonais rompem com as linhas horizontais**

Lívio Abramo, no início dos anos de 1960, parece já ter definido essa intrínseca e polêmica relação entre a arte e a política, que tanto mobilizou artistas e críticos, não só no Brasil, sobre a função da arte. Em outubro de 1962, mudou-se definitivamente para o Paraguai, para ser o coordenador do recém-criado Setor de Artes Visuais da Missão Cultural Brasileira. Sua ida para lá, assim como a importância que passaria a exercer no meio cultural do Paraguai durante todo o tempo em que lá permaneceu (1962 a 1992), deve ser analisada dentro da perspectiva de um cenário artístico propício a mudanças, promovido pela intelectualidade daquele país, em contraposição ao cerceamento das liberdades políticas e civis impostas pelo governo de Stroessner.

Lívio chegou ao Paraguai oito anos após o golpe que levou o general Stroessner ao poder e dois anos antes do golpe dos militares no Brasil. Permaneceu lá durante 30 anos, quase que o tempo todo sob o fogo de duas ditaduras (Paraguai 1954-1989; Brasil 1964-1985).

A antiga militância política e sindical do artista, em agrupamentos da esquerda paulista dos anos de 1930, primeiro na construção do Partido Comunista e no movimento sindical, depois nos movimentos trotskistas, bem como a sua prisão em 24 de setembro de 1936, pela polícia do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) em São Paulo, parecem não ter constituído empecilho para sua nomeação, diante do estatuto de artista já consagrado por prêmios, por

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/poesia/maps01.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

participações nas bienais, pelas articulações com o meio artístico e, por certo, pelas afinidades políticas encontradas entre os dirigentes do Departamento Político e de Cultural, do Itamaraty (NEPOMUCENO, 2010).

Lívio Abramo deixa a geometria destacar a força motriz das transformações com uma série de chuvas abstratas nesse período. Segundo entrevista publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em 28/06/1981, para Vera d’Horta Beccari:

Alguns dos últimos trabalhos seus que eu vi, uma série de “chuvas”, são praticamente abstratos. Você acha que essa simplificação, essa superação quase de forma é uma etapa à qual você chegou, ou é uma coisa que tem volta? Embora seja apenas uma sugestão, se poderia dizer que a “chuva” é expressionista. Agora, eu realmente não me prendo a nenhuma corrente ou escola, sou influenciado pelo momento em que faço a coisa. Evidentemente aquelas gravuras das chuvas a que você se refere tem uma ligação muito grande com toda a minha obra, embora não pareça. Áqueas linhas rígidas, as luzes muito nítidas são resultado da minha nova maneira de trabalhar, mas têm certo sentido de expressão muito forte, porque eu precisava dar a impressão de violência, as chuvas no Paraguai não são chuvas, são tempestades. [...] as chuvas e os ventos são sempre muito exagerados, têm uma força extraordinária, e eu queria reproduzir essa impressão de força, de coisa que machuca.

26

Nenhum outro artista na gravura moderna brasileira dominou a técnica da exploração e das possibilidades da gravura em madeira, com tal refinamento artesanal nas texturas. As forças da natureza estão presentes no cósmico das chuvas tropicais; no sentido trágico da vida. Abramo preferia retratar em suas chuvas o incontrolável, no auge da agitação, com o pintor Inglês William Turner que se orgulhava de conhecer a dinâmica das marés, seu fluxo e refluxo, ou o rendilhado das ondas quebrando na praia. Em sua gravura a chuva se torna a arena tempestuosa na qual se decidia - para o bem ou para o mal - o destino do homem. Ver gravura em<sup>5</sup>

A gravura “As chuvas” dialoga com Gonçalves Dias na estrofe da poesia “A tempestade”.

Da nuvem densa, que no espaço ondeia,  
Rasga-se o negro bojo carregado,  
E enquanto a luz do raio o sol roxeia,

<sup>5</sup> <http://www.unifio.br/acervo/imagem.php?id=533>. Último acesso: set. 2014.

Onde parece à terra estar colado,  
 Da chuva, que os sentidos nos enleia,  
 O forte peso em turbilhão mudado,  
 Das ruínas completa o grande estrago,  
 Parecendo mudar a terra em lago<sup>6</sup>.

A chuva sempre foi importante símbolo da fecundidade e em certas culturas primitivas é ligada ao esperma de um deus. Também é associada à purificação. Por milhares de anos, acreditou-se que cabia aos deuses do céu reter a chuva, desencadeá-la com força terrível ou liberá-la de forma suave. A sobrevivência humana dependia da cooperação entre os deuses e homens, de modo que o poder do clima, imprevisível e às vezes violento.

Abramo, com suas goivas, abre na madeira linhas brancas dentro do preto, pretas dentro do branco, formas diagonais, grandes e pequenas, largas, estreitas, traços, riscos. Experiência vivida em sua produção energeticamente modelada, na ordenação técnica que age sobre a madeira, mas sofre também a reação, a que se submete, diante de fios e nervuras, no registro dos caminhos por onde circulou a seiva.

Abramo sabe que na sua xilogravura os traços realizados dinamicamente sobre a madeira são atos físicos motores que deixam reflexos em seus trabalhos e aparecem como qualidade dinâmicas em suas xilogravuras. Ele não somente exercita a descontração de seu pulso e o movimento de seu braço, que se traduz em linhas fluentes transmissora de vida, como também coloca seu corpo num estado sinestésico adequado à natureza da chuva. Como em Shakespeare, na tragédia do rei Ricardo II, ato II, Cena I: Gaunt “As chuvas finas duram muito, mas são curtas as grandes tempestades” (FARACO, 1998, p.27).

O movimento na xilogravura de Abramo “As chuvas” é atração visual mais intensa entre os acontecimentos, os riscos densos em diagonais feitos na madeira, movimento puro da imobilidade da tinta no papel e a mobilidade dos traços feitos pelas goivas na madeira, tempo e atemporalidade, ser e vir a ser. Essas diferenças são decisivas para a xilogravura “As chuvas”, semelhantes a um som musical ao longo dos movimentos ascendentes e descendentes de uma melodia. O movimento da chuva como qualquer outro tipo de mudança, só pode ser percebido dentro dos limites de velocidade aplicada por Abramo na seiva da

<sup>6</sup> DIAS, Gonçalves. Poesias. Disponível em: [www.geia.org.br/images/goncalves\\_dias.pdf](http://www.geia.org.br/images/goncalves_dias.pdf). Acesso em: 12 de out 2013.

madeira onde lascas são retiradas para abrir espaço ao branco do papel. Uma chuva intensa é tão rápida que todo o seu percurso aparece simultaneamente em seus riscos tensos e concentrados em uma única cena emblemática, mas mesmo essa tensão demonstra a delicadeza de traçados, as incisões mínimas com que Abramo consegue criar planos e jogos luminosos dramáticos sobre o preto.

A sintetização linear das chuvas, como nos espaços em branco da gravura geram equilíbrio tênue das áreas claras e do escuro dominante, a limpeza e precisão do traçado artístico aparentemente são atenuados, criando uma tensão contida e organizada que são elementos fundamentais de sua obra. A xilogravura “As chuvas” permite, logo no primeiro olhar, ver o plano horizontal preto, a goiva abre lastros de luz na diagonal, a madeira oferece resistência, não é dócil como a manteiga, o corte é desviado nos veios, lascado, interrompido na madeira, a criação é medida por esses riscos no preto, os veios e os vazios são brancos, pois esta é a característica da criação material de uma paisagem na madeira.

Abramo descreve toda tempestuosidade da chuva, do granizo como simbolismo da água que evoca a vida e a morte. Quando a chuva fria e penetrante cai de forma torrencial, não é somente uma bênção divina, pode trazer miséria e sofrimento. O simbolismo da chuva forte é igual ao das tempestades e da ira dos deuses.

A arte de Lívio Abramo se confunde com ele. O expressionismo tem essa característica. Como ensina Argan, diferenciando o impressionismo do expressionismo: “literalmente, impressão é o contrário de expressão. A impressão é o movimento do exterior para o interior. A expressão é o movimento inverso, do interior para o exterior: é o sujeito que por si, imprime o objeto” (ARGAN, 1992, p. 227 apud SILVA, 2011). Em Abramo, sua expressão está em sua experiência vivida e de uma produção energicamente fiel na organização técnica que ele age sobre a madeira, diante de fios e nervuras, no registro dos caminhos que circula a seiva da madeira.

Para Abramo, não há nada mais importante que a condição do homem e seu melhoramento [...] Voltar ao expressionismo me parece que é a maneira melhor de falar sobre a realidade humana (SILVA, 2011).

A expressividade de Abramo, como exposto acima, mais uma vez permite estabelecer uma relação dialógica com a poesia, em especial, aqui, a de Manuel Bandeira, pela simplicidade cotidiana, expressividade técnica e equilíbrio

tênue, semelhantes à musicalidade dos movimentos da goiva talhada na madeira, no poema “Debussy”, da obra *Carnaval*, de 1919, em que o movimento do novelozinho de linha, para cá e para lá, revela a musicalidade do balanço a embalar a criança. Esse embalo é tão envolvente que a faz adormecer, por isso o novelozinho cai.

Para cá, para lá...  
 Para cá, para lá...  
 Um novelozinho de linha...  
 Para cá, para lá...  
 Para cá, para lá...  
 Oscila no ar pela mão de uma criança...  
 (Vem e vai...)  
 Que delicadamente e quase a adormecer o balanço  
 - Psiu... -  
 Para cá, para lá...  
 Para cá e...  
 - O novelozinho caiu<sup>7</sup>.

A intertextualidade entre a poesia e a música é notória no poema de Bandeira, tanto quanto a percepção de Abramo para a retratação do real, pela sua experiência vivida e os registros artísticos impressos em sua produção estética, por meio dos talhos na seiva da madeira. Não se podem negar, assim, percursos de ritmos, planos e jogos tracejados, de cores e de imagens desveladas pelas artes, plástica e literária. No entanto, toda percepção dependerá do olhar depositado, seja pela perspectiva sensível ou inteligível.

## Referências

ABRAMO, Lélia. *Vida e arte*. memórias de Lélia Abramo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ABRAMO, Lívio. Entrevista à Vera D’ Horta Beccari. *O Estado de São Paulo*. 1983.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 90-91.

<sup>7</sup> BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 20.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 90-91.

BECCARI, Vera d’Horta. Entrevista com Lívio Abramo. In Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. *Lívio Abramo*: xilogravura. São Paulo: Centro Cultural, 1983, p. 22.

BUORO, Anamelia B. *Olhos que pintam*: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Educ/Fapesp/ Cortez, 2012.

DIAS, Gonçalves. Poesias. Disponível em: [www.geia.org.br/images/goncalves\\_dias.pdf](http://www.geia.org.br/images/goncalves_dias.pdf). Acesso em 12 out 2013.

FARACO, S. *W.Shakespeare de a a z*: livro das citações. Porto Alegre: L&PM, 1998.

NEPOMUCENO.M.M.C. Lívio Abramo no Paraguai: entretecendo culturas. São Paulo, 2010.276.p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e cultural da América Latina)- Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina de São Paulo (PROLAM), 2010.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 2008.

SABOIA.L. Gravura- História, Técnicas e Relações com a Impressão de Papel Moeda.PDF.Disponível em<[www.bcb.gov.br/htms/seminarios/museu2003/gravuras.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/seminarios/museu2003/gravuras.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2013.

SILVIA, T.A.F. *Narrativas visuais e ethos artísticos na Eras Vargas*: Os operários de Lívio Abramo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Lívio Abramo*: xilogravura. São Paulo: Centro Cultural, 1983.

## **A construção da imagem política de Dilma Rousseff na mídia: a propaganda televisiva x a cobertura jornalística na Folha e no Estado na campanha de 2010**

Katia Saisi<sup>1</sup>

**Resumo:** Em outubro de 2014, serão realizadas no Brasil eleições para os Poderes Executivo e Legislativo em nível federal e estadual. Às vésperas de se iniciar mais uma campanha eleitoral, Dilma Rousseff aparece em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos. O momento se configura, portanto, como oportuno para se resgatar como foi construída sua imagem política na campanha que a sagrou vitoriosa em 2010, quando foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Para tanto, serão aqui analisados os programas televisivos veiculados no HGPE, bem como a cobertura jornalística de dois dos principais jornais do país sobre ela, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, durante o período oficial da campanha eleitoral de 2010, de modo a identificar os planos de conteúdo e de expressão das mensagens da e sobre a candidata, bem como os mitos políticos que a propaganda e a imprensa ajudaram a construir.

**Palavras-chave:** Campanha eleitoral; Eleições presidenciais; Discurso político e midiático; Dilma Rousseff; Mitos políticos.

---

<sup>1</sup> Jornalista formada pela PUC-SP. É doutora em Ciência Política na PUC-SP, onde faz parte do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política.

**Abstract:** In October 2014, will be held in Brazil elections for the executive and legislative powers, in federal and state levels. On the eve of starting another campaign, Dilma Rousseff appears at the first place in surveys of voting intention. The moment, therefore, appears as an opportunity to rescue how her political image was built in the campaign that crowned her victorious in 2010, when she was elected as the first woman president of Brazil. For this, we here analyzed television programs aired in HGPE as well as media coverage of major national newspapers about her, *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, during the official campaign period of 2010, in order to identify the content and expression plains of the messages from the candidate and the messages about her, as well the political myths that the propaganda and the press helped to built.

**Keywords:** Election campaign; Presidential elections; Political and media discourse  
Dilma Rousseff; Political myths.

## 1. Cenário em 2014

No dia 6 de julho de 2014, iniciou-se oficialmente o período de campanha eleitoral no Brasil, para os poderes Executivo e Legislativo, em nível federal e estadual. A menos de um mês do período oficial da campanha eleitoral, a CNI/Ibope divulgou pesquisa de opinião<sup>1</sup> que coloca a então presidente da República, Dilma Rousseff, em primeiro lugar nas intenções de voto, com um percentual de 39%, contra 20% de Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB), com 10%, além de vários outros candidatos que não atingem mais do que 3%. O momento é, portanto, oportuno para discutir as estratégias de comunicação adotadas pela candidata em 2010, bem como para avaliar a cobertura jornalística que sua campanha teve nos meios de comunicação impressos naquele momento.

É com tal intento que neste artigo são resgatados as principais características discursivas do da propaganda eleitoral na televisão de Dilma Rousseff, bem como a cobertura que se fez sobre ela nos principais jornais do país àquela época. Cumpre destacar que a análise mais ampla sobre o pleito presidencial no país naquela ocasião está disponível em *Campanhas presidenciais, mídia e eleições na América Latina: Brasil, Chile e Venezuela*, de minha autoria (2014), em que são analisados detalhada e comparativamente os discursos de todos os candidatos à Presidência do Brasil em 2010, bem como os de outros países da América Latina, de modo a se identificar como a mídia, seja pela propaganda seja pela imprensa, contribui para a construção de mitos políticos.

## 2. O discurso de Dilma Rousseff no primeiro turno

Em 2010, Dilma disputou o pleito para a Presidência da República do Brasil pela coalizão Para o Brasil seguir mudando, integrada pelo PT<sup>2</sup> (seu partido) mais PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B. O tempo de TV e rádio da candidata foi o maior dentre os nove candidatos: 10'38" (em dois

<sup>1</sup> A íntegra da pesquisa está disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2014/06/1,4053/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo.html> [acesso em 30/06/2014]

<sup>2</sup> Todas as siglas partidárias vigentes em 2010 estão elencadas ao final deste artigo, após a indicação das referências bibliográficas.

horários, às terças, quintas e sábados), além de dispor de 2'33''24 para inserções diárias ao longo da programação, como se pode verificar no Quadro 1, a seguir:

**QUADRO 1 – Tempo de rádio e televisão dos candidatos à Presidência do Brasil**

Partido/Coligação	Candidato à Presidência	Tempo de rádio e TV por bloco	Inserções ao longo da programação	
			Tempo diário	Total de inserções
O Brasil pode mais (PTB/PPS/DEM/PMN/PSDB/PT do B)	José Serra	7'18''	1'45''24	158
50 - PSOL	Plínio Sampaio	1'01''	14''86	23
29 - PCO	Rui Pimenta	55''	13''33	21
16 - PSTU	Zé Maria	55''	13''33	20
Para o Brasil seguir mudando (PRB/PDT/PT/PMDB/PTN/PSC/PR/PTC/PSB/PC do B)	Dilma Rousseff	10'38''	2'33''24	229
27 - PSDC	Eymael	55''	13''33	20
28 - PRTB	Levy Fidelix	55''	13''33	20
43 - PV	Marina Silva	1'23''	19''97	29
21 - PCB	Ivan Pinheiro	1'	13''33	20

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A propaganda de Dilma foi utilizada para reiterar a necessidade de o Brasil seguir mudando: ou seja, a continuidade do governo Lula. Com ampla participação de Lula nos programas e depoimentos de populares e pessoas beneficiadas pelos programas governamentais nas áreas da saúde, educação, infraestrutura e setor produtivo, sua campanha foi absolutamente colada nas conquistas sociais verificadas nos últimos anos e se dirigia também à camada mais pobre da população. Todos os depoimentos de apoio eram de pessoas das classes mais baixas.

As realizações do governo Lula foram amplamente destacadas em todos os programas: o Bolsa Família (para 12,5 milhões de famílias), Luz para Todos (12 milhões), Saúde da Família, Prouni (704 mil bolsas), 214 novas escolas técnicas, transporte escolar rural, merenda nas escolas, financiamento agrícola, ascensão de 31 milhões de pessoas à classe média, 24 milhões saíram da pobreza, geração de 14 milhões de empregos, 14 mil obras de infraestrutura financiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), obras e melhorias na educação em todos os níveis, aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

O foco da mensagem foi a erradicação da miséria e a melhoria da

qualidade de vida e do nível de consumo da população. Para tanto, destacou três metas: manter a inflação sob controle, reduzir impostos sobre investimentos produtivos e reajustar o mínimo acima da inflação.

A educação foi considerada prioridade e, para essa área, prometeu educação pública de qualidade da creche à universidade; construção de 6 mil creches e pré-escolas; escola em período integral, com biblioteca, internet e laboratórios; ampliação de escolas técnicas em municípios com mais de 50 mil habitantes; capacitação profissional para tornar as pessoas independentes do Bolsa Família. Em segurança, assegurou firmeza com visão social e controle das fronteiras. Na saúde, propôs a construção de 500 UPAs (Unidades de Pronto Atendimento); manutenção de programas como SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Farmácia Popular (ampliar o acesso aos medicamentos para as doenças mais comuns), Brasil Sorridente (prestação de serviços públicos de saúde bucal), genéricos, pré-natal; consolidação do SUS (Sistema Único de Saúde) com qualidade; distribuição gratuita de medicamentos para diabetes e hipertensão. Outras promessas incluíam a ampliação do apoio ao pequeno e médio empresário; o investimento na inovação tecnológica, portos, aeroportos, ferrovias e estradas; construção de 2 milhões de moradias populares e saneamento básico; indústria naval; combate às drogas com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), Território da Paz e Mulheres, com clínicas para recuperação; ampliação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora); compra de aeronaves para rastrear ações criminosas; defesa do meio ambiente com redução da emissão do gás estufa, combate ao desmatamento na Amazônia e busca de energias alternativas (como a eólica). Os recursos viriam do Pré-sal, que viabilizaria financeiramente todas as promessas.

Em resposta aos ataques de Serra desde o primeiro programa, o de Dilma focou na competência da candidata. Além de sempre aparecer nos locais (escolas, hospitais, obras etc.), comentando com a população o que precisa ainda ser feito, seu programa apresentou em todas as edições sua história de vida e de competência, comparando: se Lula foi um “pai” para o país, ela será uma “mãe”, que cuidará do país e do povo com amor e carinho. Vários depoimentos, de amigos, professores, ex-marido e lideranças do partido, abordaram o lado amigo e experiente da candidata. Lula foi seu principal apoiador.

O foco também foi combater o preconceito de ser mulher, sendo utilizado

maior número de depoimentos de mulheres para reiterar apoio à candidata e enfatizar que, como mãe, iria cuidar melhor do Brasil que seu adversário. O sentimento de orgulho nacional foi valorizado em todos os programas.

Nenhum programa foi usado para responder diretamente aos ataques do adversário e escândalos veiculados na imprensa. Apenas Lula acusou o adversário de partir para baixarias e ataques pessoais, pedindo prudência e equilíbrio. Os resultados de pesquisa de opinião em que a candidata aparecia subindo foram amplamente utilizados (é o único momento em que o nome de Serra é citado). E, no último programa do primeiro turno, quando era acusada de ser a favor do aborto, a candidata assumiu o compromisso com o respeito à fé, às religiões e à vida em sua plenitude.

Diferentemente da campanha de Lula em 2002, a de Dilma em 2010 não criou formas de participação popular. Apenas o endereço do site aparecia em GC ao final dos programas. Outra diferença fundamental foi o não uso da sigla do partido em qualquer programa. O foco foi absolutamente personalista na candidata como substituta de Lula.

Ainda que longo, a edição em ritmo vertiginoso, a multiplicidade de imagens na tela, com alternância de locais, de norte a sul do país, com a presença constante da candidata e do presidente Lula, em diálogo permanente com a população, os depoimentos emocionados das pessoas mais simples que relatavam suas conquistas e a melhoria da qualidade de vida, os diversos jingles e clipes com elevado teor emocional positivo conferiram dinamismo aos programas e reiteraram o sentido de continuidade no processo de mudança. Os sofisticados recursos técnicos utilizados permitiram que os 10 minutos de cada programa fossem ágeis, reforçando as mensagens verbais de grandiosidade do país e necessidade de continuar mudando.

### **3. Os sentidos gerados na propaganda no primeiro turno**

Pode-se depreender que a oposição fundamental das mensagens apresentadas, no primeiro turno da propaganda eleitoral televisiva dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 2010, foi entre *mudança e continuidade*. A mesma oposição se verificou em 2002, quando todos os candidatos/partidos, sem exceção,

colocaram-se como potenciais realizadores da mudança que acreditavam ser tão desejada pelo povo e necessária ao país. A continuidade foi, portanto, o contrário do valor desejado, ou seja, estava em disforia.

Mas, na campanha de 2010, o cenário foi outro. Todos os candidatos apregoaram a mudança como um valor positivo, mas esta teve diferentes significados. Para Dilma, a mudança se daria na *continuidade*. O próprio nome de sua coligação sintetizava essa ideia: “Para o Brasil seguir mudando”, o que significava continuar na rota de crescimento com o Estado provendo o bem-estar social.

Em termos de estratégias de manipulação do destinatário da mensagem, a propaganda procurou *seduzir*, mostrando que o eleitor era importante para ela. Ao mesmo tempo, *tentou* o eleitor, oferecendo um valor positivo: a mudança (ainda que na continuidade), colocando-se como portadora de uma competência para a sua realização – recompensa desejada pelo eleitor. Diferentemente de seus concorrentes, Dilma não se valeu da *intimidação* (indicação de ameaças que o voto no adversário iria gerar) ou da *provocação* (utilização de uma imagem desfavorável do destinatário para forçá-lo a provar o contrário).

Em termos dos atores discursivos, o enunciatário na campanha de Dilma um foi sempre o “eu”: a mudança seria promovida pela pessoa da candidata (daí que os compromissos e promessas eram feitos todos em primeira pessoa do singular), diferentemente da campanha de seu antecessor em 2002 e 2006, que sempre trabalhou com o “nós” inclusivo, gerando um sentimento de participação do eleitor. Com relação ao enunciatário, sua campanha se dirigiu a “tu” (você, eleitor) ou a “ele” (o povo, o trabalhador), aqui também diferindo da campanha de Lula, que se dirigia também a um “nós”. Essa identificação entre enunciador e enunciatário gera um sincretismo entre ambos. O efeito oposto, de distanciamento, é gerado nas relações eu/tu, eu/ele, ele/ele, que caracterizaram os discursos de Dilma e de outros candidatos.

Além do conteúdo propriamente dito das mensagens da propaganda dos candidatos em campanha, cabe também verificar como se deu sua expressão, por meio dos recursos de áudio e vídeo utilizados. Nesse sentido, percebe-se uma profunda similaridade na estrutura simbólica dos programas dos principais candidatos. A utilização de recursos estéticos típicos da linguagem publicitária comercial e jornalística – como cenas curtas, fusões de várias imagens, uso de

GC para reforço da locução verbal, animações, alternância de blocos temáticos, uso de depoimentos e entrevistas, apresentadores e candidatos *in loco* e em movimento, videoclipes no ritmo da música ágil, jingles empolgantes etc. – vieram reforçar o sentido de mudança apregoado por todos. A propaganda de Dilma e Serra pareceriam feitas pela mesma produtora.

#### 4. A propaganda no segundo turno

Em relação ao primeiro turno, houve uma mudança substancial: a campanha de Dilma passou a também atacar seu adversário e a se comparar diretamente a ele. Fora isso, o programa manteve a estrutura anterior, com blocos curtos e muitos recursos técnicos que permitiam agilidade, movimento, tom festivo e pujante, para sensibilização do espectador. Os principais pilares de sua campanha foram reforçados no segundo turno, sem uma nova promessa ou aprofundamento dos programas propostos anteriormente. Até mesmo os clipes e depoimentos utilizados no primeiro turno foram repetidos. Os apresentadores (jovens e mais mulheres do que homens) também foram os mesmos do primeiro turno. O programa de 20 de outubro chega a repetir o do dia anterior.

Dentre as novidades, destacou-se o uso de depoimentos de políticos eleitos no primeiro turno, que chamavam suas bases eleitorais para votar. Foram também amplamente utilizadas imagens e falas de artistas e intelectuais que manifestavam seu apoio. Em termos temáticos, a candidata passou a referenciar questões religiosas e seu compromisso com a liberdade religiosa e defesa da vida, como resposta às acusações de adversários e veiculadas na imprensa de que seria favorável ao aborto. Acentuou-se o confronto com Serra e sua associação aos oito anos do governo de FHC: aquele foi um governo sem compromisso com o social e o seu teria como premissa as pessoas.

Os clipes em tom emocional foram basicamente dedicados à construção da imagem de Dilma como mulher competente (a candidata sempre aparece *in loco* nos diversos pontos do Brasil) e ao mesmo tempo afetuosa, “mãe e avó” dos brasileiros, para combater a rejeição por ser mulher. Muito tempo também foi dedicado a responder às acusações de que seu governo, como o de Lula, iria privatizar as riquezas do Brasil.

O então presidente Lula apareceu praticamente em todos os programas para reiterar o preparo da candidata e seu apoio a ela. Quando não apareceu, sempre foi feita menção a seu governo e realizações. A imagem de Dilma esteve praticamente colada à dele. O próprio slogan adotado – Continuidade e Inovação – reforçava esta ideia.

Trechos dos debates foram reprisados sempre no dia seguinte de sua realização, destacando os momentos em que a candidata se saiu melhor, assim como dados de pesquisas de opinião foram veiculados para mostrar o clima de vitória.

Também no segundo turno, não foi dado destaque ao PT, mas se assume a ligação da candidata ao partido, por meio dos depoimentos dos governadores e congressistas da mesma base.

Ainda que tenha contemplado os ataques ao adversário, o clima geral da propaganda de Dilma Rousseff foi sempre otimista, com mensagem de esperança, confiança e orgulho do brasileiro no atual momento pelas conquistas realizadas em termos pessoais e nacionais. Em todos, havia imagens e depoimentos das mais diversas partes do Brasil. A música também contemplou essa diversidade: diferentes ritmos (do rock, ao frevo, passando pelo samba e forró) mostravam a grandiosidade do país e de sua gente.

## **5. Os sentidos gerados na propaganda no segundo turno**

No segundo turno, dada a intensidade e duração mais longa dos programas (20 minutos diários), foi muito comum a repetição de blocos inteiros, depoimentos, clipes, animações etc. As mesmas propostas apresentadas no primeiro turno foram repetidas exaustivamente, mas não foram ampliados os seus enfoques. Seu discurso foi totalmente personalista, focado no “eu” realizador e doador de um bem desejado por “ele”, o povo brasileiro. Assim como no primeiro turno, defendeu o sistema econômico vigente e se dirigiu à camada mais carente da população.

Ainda que o Estado brasileiro seja laico, as questões religiosas estiveram presentes na campanha. Não se tratou de discutir dogmas, mas de reiterar o respeito às igrejas e evitar o confronto com seus seguidores. O que se pode

depreender daí que a religião pautou o discurso da candidata.

Outra inovação no segundo turno foi inclusão das questões de meio ambiente, provavelmente numa tentativa de sensibilizar os eleitores de Marina, do PV (a candidata recebeu quase 20 milhões de votos).

Além da *sedução* e da *tentação* como forma de manipulação discursiva, Dilma passou a adotar também a *intimidação*, atacando diretamente o adversário.

## 6. A imprensa no primeiro turno

O acompanhamento das notícias veiculadas na *Folha* e no *Estado* ao longo do período de propaganda eleitoral revelou a supremacia absoluta de matérias sobre ataques aos candidatos, como indica a Tabela 1.

TABELA 1 – Matérias da *Folha* e do *Estado* por categoria no primeiro turno

Veículos	<i>Folha</i>		<i>Estado</i>	
	Número de matérias	Percentual	Número de matérias	Percentual
1 (Programa)	51	6	76	8,8
2 (Pesquisas)	78	9,2	61	7,1
3.1 (Marketing)	235	27,6	236	27,6
3.2 (Alianças)	43	5	48	5,6
3.3 (Ataques)	443	52,2	436	50,9
4 (Mercado)	0	0	0	0
<b>Total de matérias</b>	<b>850</b>	<b>100</b>	<b>857</b>	<b>100</b>

Fonte: Síntese elaborada a partir da classificação das matérias veiculadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, no período de 6 de julho a 3 de outubro de 2010.

Nada menos do que 52,2% das matérias da *Folha* e 50,9% do *Estado* são sobre denúncias e escândalos, o que revela, de imediato, que os dois jornais priorizaram os ataques.

Na *Folha*, do total de 443 matérias relacionadas a ataques, nada menos do que 345 (77,8%) se referiam a Dilma. De modo geral, os ataques se referem aos seguintes temas:

- Candidata tem dinheiro guardado em espécie.
- Programa oficial registrado com teor radical e é revisto.
- Aliança com PMDB (que cobra cargos e deixa a candidata refém).
- Participação ostensiva de Lula na campanha, o que evidenciaria que

candidata não tem capacidade ou preparo para presidir o país<sup>3</sup>.

- Uso da máquina pública na campanha.
- Vínculo com a guerrilha, narcotráfico e Farc.
- Riscos de invasões do MST caso fosse eleita.
- Empreguismo na gestão Lula e fisiologismo do governo.
- Caso do Mensalão e do dossiê do PT (de 2006).
- Problemas do governo Lula: caos aéreo; cortes das agências reguladoras; indenização por ditadura; Fundos Previ; programa de habitação, saneamento e educação; concessão a rádios etc.

Os ataques mais presentes foram em relação a dois episódios: quebra do sigilo fiscal dos tucanos e lobby na Casa Civil envolvendo a ministra Erenice Guerra e familiares. Especialmente nessas matérias, verificou-se que as respostas do governo e da candidata foram usadas para acentuar o escândalo e não para esclarecê-lo. Assim, o espaço dado ao “outro lado” da questão acabou por ser negativo, sendo muitas vezes utilizado como munição para nova rodada de denúncias, como a de que Lula censurava a imprensa.

No *Estado*, não foi diferente. Assim como a *Folha*, o jornal deu amplo espaço para denúncias e ataques à candidata Dilma ou ao governo Lula. Do total de 436 matérias desta categoria, 359 (82%) foram contra Dilma<sup>4</sup>. Dos ataques a Dilma, o teor foi praticamente o mesmo do verificado na *Folha*, acrescidos dos seguintes temas:

- Política ambiental e industrial do governo.
- Apoio a Chávez, presidente da Venezuela.
- Relação com o governo do Irã.
- Arrogância da candidata.
- Ameaça à democracia.

Curioso observar que o tratamento dado por ambos os jornais a esses casos foi de que se tratava de episódios únicos e exclusivos do governo Lula, sem antecedentes em qualquer outro governo (o fato de não terem sido noticiados não

<sup>3</sup> Várias matérias reforçavam essa imagem: ela foi vendedora de bugigangas; cometeu erros nos Ministérios das Minas e Energia e Casa Civil; cometeu gafes em pronunciamentos e debates; como teórica, defendeu tese do PSDB etc.

<sup>4</sup> Serra foi alvo de ataques em 30 matérias (6,8%); Marina, em duas (0,4%). 16 matérias atingiam os dois candidatos (3,6%) e 29 (6,6%) referiam-se a Outros: 16 sobre políticos, seis sobre imprensa, quatro sobre Justiça Eleitoral, uma sobre sistema político, uma sobre o Judiciário e uma sobre o Executivo.

significa que não existiram). A imprensa se colocou como estando a cumprir sua função social de vigiar o poder, papel fundamental na democracia. Para garantir o sentido de imparcialidade, ou objetividade jornalística, as matérias recorreram a procedimentos padrões como apresentação dos dois lados do conflito, apresentação de provas e uso de citações (aspas de personagens ou especialistas que justificam o enfoque adotado). O uso desses recursos jornalísticos enquadra a notícia, oferecendo a interpretação do jornal como legítima e imparcial, sem questionar que se trata de posicionamento do jornal.

Os dados apontam prioridade dos jornais em relação à cobertura negativa de Dilma e ao governo Lula, com mais de três quartos do total sendo dedicados à cobertura ou repercussão de matérias negativas. Evidentemente que sendo a candidata governista a que contava com maior intenção de votos, os holofotes da imprensa estivessem sobre ela. Mas não foi para explicitar suas propostas ou intenções, mas sim para atacar. Em várias edições, pode-se identificar o mesmo fato político sendo destacado por meio de diferentes citações e depoimentos que não acrescentam informações, mas corroboram as opiniões de ataque, amplificando os espaços dados aos temas.

## 7. A imprensa no segundo turno

De modo geral, mantém-se a primazia de matérias sobre ataques, ainda que o espaço a elas tenha sido reduzido de 52% para 44,7% na *Folha* e de 50,9% para 32,4% no *Estado*, como visto na Tabela 2:

**TABELA 2 – Matérias da *Folha* e do *Estado* por categoria no segundo turno**

Veículos	<i>Folha</i>		<i>Estado</i>	
	Número de matérias	Percentual	Número de matérias	Percentual
1 (Programa)	43	9,3	56	11,4
2 (Pesquisas)	39	8,4	23	4,7
3.1 (Marketing)	111	24	129	26,3
3.2 (Alianças)	55	11,9	115	23,4
3.3 (Ataques)	207	44,7	159	32,4
4 (Mercado)	2	0,4	1	0,2
5 (Resultados)	6	1,3	8	1,6
<b>Total de matérias</b>	<b>463</b>	<b>100</b>	<b>491</b>	<b>100</b>

Fonte: Síntese elaborada a partir da classificação das matérias veículas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, no período de 4 a 31 de outubro de 2010.

Nos dois jornais, prevalecem os ataques à candidata Dilma. Do total de matérias da categoria, 67,6 % na *Folha* e 78,6% no *Estado* atingem diretamente a candidata. Serra é alvo de 22,7% das matérias na *Folha* e 18,2% no *Estado*. Ambos são alvo de 6,7% e 3,2%. O crescimento de Serra nessa categoria se deve à denúncia de que houve fraude na licitação das obras do Metrô em São Paulo, enquanto foi governador, bem como às notícias de que sua mulher já ter feito aborto (16/10) e que seu partido teria encomendado a impressão de panfletos anti-Dilma (18/10).

No caso de Dilma, as acusações se referem aos mesmos episódios do primeiro turno: quebra de sigilo fiscal do tucano; uso da máquina governamental para fins eleitorais; eventual apoio ao aborto; superfaturamento nos serviços contratados pelos Correios; metas do governo Lula que não foram alcançadas. Na *Folha*, há ainda matérias sobre o mandado do jornal para ter acesso, no STM (Superior Tribunal Militar), aos autos do processo que levou a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, à prisão durante a ditadura (1964-1985). O caso não foi resolvido até o fim da campanha.

Mas chama a atenção o caráter “volátil” de vários ataques: não se referem a notícias factuais, mas à mera reprodução de declarações e opiniões pessoais, que não esclarecem fatos, mas apenas servem para manter determinados assuntos na pauta do dia, como se pode perceber apenas pela leitura dos títulos de algumas matérias:

- FHC critica Lula e chama Dilma de ‘fantoche’ (*Estado*, 04/10, p. H7)
- Presidenciável insinua que adversária petista finge otimismo (*Estado*, 06/10, p. A11)
- Serra diz que Lula privatizou; Aécio defende governo FHC (*Folha*, 07/10, p. A1)
- Partido é oportunista sobre aborto, diz bispo (*Folha*, 07/10, p. A8)
- Para FHC, Dilma lida com os temas ambientais como Geisel (*Folha*, 07/10, p. A10)
- D. Odilo cobra ‘posição clara’ sobre aborto (*Estado*, 08/10, p. A1)
- Serra diz que Dilma muda opinião segundo “vento de eleitorado” (*Folha*, 08/10, p. A8)
- ABI critica tentativa de fiscalização sobre a mídia (*Estado*, 08/10, p. A20)

- Entidade acusa Ciro de produzir ‘cenário de meias-verdades’ (*Estado*, 09/10, p. A12)
- Serra diz que rival tem duas caras; ela o acusa de espalhar calúnia (*Folha*, 11/10, p. A1)
- Dilma diz que Serra usa armas da guerra fria (*Estado*, 11/10, p. A6)
- Índio reage a crítica: ‘estou paz e amor’ (*Estado*, 11/10, p. A10)
- Dilma culpa Serra por debate conservador (*Folha*, 11/10, p. A12)
- Ex-diretor da Dersa ataca Dilma e cobra Serra (*Folha*, 12/10, p. A12)
- Serra defende acusado por Dilma (*Estado*, 13/10, p. A1)
- Dilma ‘delira’, afirma Zylbersztajn (*Estado*, 13/10, p. A4)
- Arcebispo de Brasília critica petista (*Estado*, 13/10, p. A7)
- No governo FHC, Serra foi criticado por privatizar pouco (*Folha*, 14/10, p. A8)
- Tucano nega acusação a ex-diretor da Dersa (*Folha*, 14/10, p. A9)
- Presidente da Vale critica pressão de petistas (*Folha*, 15/10, p. A8)
- Em SP, Lula acusa tucanos de ‘falta de caráter’ (*Estado*, 16/10, p. A8)
- Aliado de Dilma é suspeito em fraude, diz revista (*Estado*, 17/10, p. A9)
- Ex-presidente critica salto alto de Dilma e ataca soberba de Lula (*Estado*, 18/10, p. A9)
- Lula ataca tucanos por ‘xaveco’ no ouvido do povo (*Estado*, 19/10, p. A6)
- PT pôs aborto na campanha, diz Serra (*Folha*, 20/10, p. A14)
- Para advogado de Verônica Serra, PT encomendou ou foi convivente (*Estado*, 21/10, p. A8)
- Aécio diz que Lula comanda ‘facção política’ (*Folha*, 23/10, p. A8)
- PT é ‘partido da morte’ e da ‘mentira’, afirma bispo de Guarulhos (*Folha*, 24/10, p. Especial 6)
- Bispo diz que ‘PT é o partido da morte’ (*Estado*, 24/10, p. A10)
- Mara Gabilli elogia ação judicial contra assessor de Lula (*Estado*, 24/10, p. A11)
- Órgão federal e empresa negam irregularidades (*Folha*, 25/10, p. Especial 1)
- Serra culpa petistas por ‘baixaria eleitoral’ (*Estado*, 26/10, p. A12)

- Para Serra, SP não precisa ser investigado no caso do metrô (*Folha*, 28/10, p. A1)
- Empresário diz ser vítima de guerra entre PT e PSDB (*Folha*, 28/10, p. Especial 3)
- Para ‘Financial Times’, tucano é a melhor opção (*Estado*, 28/10, p. A9)
- ‘Pesquisa é furada’, diz Serra, que vê empate (*Estado*, 28/10, p. A9)

Ao transformar meras opiniões em títulos de caráter informativo, gerando o sentido de verdade, a notícia se esvazia de sua função investigativa: bastam opiniões, o “diz-que-diz”, sem a apuração do fato. A cobertura jornalística perde, portanto, em sua principal função social, de esclarecer o leitor frente aos acontecimentos. Se, de um lado, reproduz o dissenso que caracteriza a própria política, esse se reduziu aos ataques personalistas, sem fundamentação. Perdeu-se no debate sobre as divergências mais profundas de caráter ideológico ou mesmo programático. Os programas e propostas dos candidatos, além de receberem espaços muito mais exíguos, ficaram abafados por questões momentâneas, como o aborto, o meio ambiente (este, pautado apenas pelo interesse nos votos da candidata “verde”, Marina Silva, terceira colocada no primeiro turno), ou ainda a união civil entre homossexuais. Temas levados à pauta em reação a setores específicos da sociedade.

Ainda que tenham aparecido ocasionalmente na pauta, as questões que de fato estão sob a alçada presidencial – como políticas públicas para a economia, educação, saúde, combate à violência e drogas, obras prioritárias etc. – apenas apareceram em caráter absolutamente secundário, sem promoção de um debate mais profundo sobre as propostas e as divergências entre os candidatos. Sua apresentação ficou restrita à propaganda eleitoral, sem merecer um questionamento e comparação por parte da imprensa, que apenas reproduziu o que foi dito nos programas eleitorais.

Os espaços que ambos os jornais dedicaram aos ataques evidenciam uma estratégia de se criar um cenário de hostilidade e medo, característico da “conspiração” como tipo clássico de mito político, segundo Luis Felipe Miguel, que assim o define:

Essas mensagens dos políticos encerram programas mínimos e máximos, projetos utópicos, promessas de curto prazo.

Mas podem incluir também, em paralelo ou no interior dessas mesmas construções discursivas, núcleos imagéticos ou símbolos fortemente irracionais. Tais elementos formam os mitos políticos. Seu traço fundamental é promoção de uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política. (MIGUEL, 2000, p. 11).

A partir dessa acepção, pode-se deferir que, ao lado da propaganda política dos candidatos, também a cobertura jornalística sobre a campanha se configura como criadora ou perpetuadora de mitos políticos, uma vez que se trata de uma narrativa não apenas sobre projetos e programas políticos, mas traz consigo valores e crenças imbuídas de carga emotiva.

Para esse efeito, o mito precisa aparecer como verdade: “está acima da razão e dos fatos. O emissor do discurso mítico tanto pode compartilhar desta crença quanto simplesmente usá-la.” (idem, p. 33). A razão se configura como uma ameaça ao mito, uma vez que o entendimento pode frear a ação política. De qualquer maneira, a rejeição à razão se dá de maneira velada. A questão ética que se coloca é que o mito age sobre a vontade coletiva, sem que o povo tenha consciência disso: este acaba por se configurar como mero elemento passivo, moldável aos líderes políticos e atores sociais.

Vários autores e correntes também buscaram definir mito, mas não cabe aqui uma pormenorização teórica. Restringimo-nos à indicação dos vários tipos de mitos que percorrem o discurso político na história humana. O primeiro é o da *idade de ouro*, que remete a uma época passada ou futura ideal. Esse tipo de mito é muito comum, no primeiro caso, nos discursos sobre a origem de um povo ou a datas e feitos grandiosos (como no caso das datas comemorativas de proclamação de independência ou república em vários países) e, no segundo, nos discursos que projetam o sonho de uma sociedade mais justa (como apregoado pelo comunismo) ou superior (como no caso do nazismo).

O segundo tipo de mito é o do *herói ou salvador da pátria*, “alguém capaz de reverter a situação vigente, tida como má, e instaurar uma nova era de paz e prosperidade (idem, p. 34). O salvador da pátria pode ser tanto um líder individual (como Collor em 1989 se colocou), uma classe social (como a operária, nos movimentos comunistas) ou uma corporação (os militares brasileiros, que em 1964 se outorgavam o direito de impulsionar o desenvolvimento do país).

Outro mito é o da conspiração, “que sataniza o grupo real ou imaginário

que, por não se identificar com o todo social, tenta submetê-lo ou subvertê-lo – judeus, comunistas, maçons, jesuítas, imigrantes” (idem, p. 34). Por trás desse mito está a ideia de unidade, denunciando-se os que a ameaçam. A essa concepção de unidade, que integra particularidades, subjaz a negação da multiplicidade e da diversidade, em nome do coletivo. A valorização da unidade, em última instância, depõe contra a própria política, pois nega a dissensão e a diferença e exalta a competição e a concorrência.

## 8. Os mitos gerados pela propaganda e pela imprensa

A propaganda de Dilma buscou sobretudo apresentar uma proposta de sociedade melhor, característico do mito da *idade de ouro*. Não se baseou num modelo do passado, mas numa perspectiva futura, moderna e inovadora, condizente com as exigências de uma sociedade global, competitiva e exigente.

A candidata buscou construir uma imagem de competência pessoal para se atingir o objetivo de fortalecimento do país e superação da pobreza. O Brasil como líder internacional foi um dos apelos utilizados. Nesse sentido, o Estado – personificado pela figura do presidente – adquire uma força superior que as vontades individuais de seu povo. Subjaz portanto a defesa do papel estatal para promover as melhorias que a população clama. O “Brasil do futuro” se presentificaria com um Estado forte.

Os resultados nas urnas no primeiro turno revelam que, para os brasileiros, a figura do presidente representa o papel de herói (segundo tipo de mito clássico). Diferentemente do “salvador da pátria” de Collor em 1989 (que combatia os políticos e empresários, mesmo sendo político e empresário), o sentido que Dilma e Serra atribuíram ao mito do herói é que ambos se colocaram como sendo os mais competentes para se chegar à idade de ouro. Para cada um, entretanto, o herói teve diferentes conotações.

A propaganda de Dilma se valia do herói Lula – alguém que havia tirado o país do anonimato internacional e amplificado para ampla parcela da população as benesses dos avanços econômicos globais: a ascensão econômica de grande parcela da população foi atribuída ao “pai” Lula. Dilma seria, portanto, a “mãe” dos brasileiros: protetora, afetuosa, compreensiva. Esse discurso traz implícito

que o povo “precisa” de um pai ou uma mãe, pois não pode ou não consegue fazer suas próprias escolhas.

Serra, diferentemente de Dilma, construiu o mito do *herói* não como o “pai” do povo, mas como o mais competente em termos políticos e biográficos. Seus programas eleitorais buscavam reiterar permanentemente o histórico do candidato como vinculado à defesa da democracia e à atuação efetiva no poder executivo: foi prefeito e governador da, respectivamente, maior cidade e maior Estado da federação. Seus “ataques” à opositora se dirigem à sua incompetência (técnica), falta de experiência (Dilma nunca ocupou um cargo eletivo e era protegida de Lula) e, fundamentalmente, à sua falsidade: ela esconderia seu passado revolucionário e, portanto, seria uma ameaça à continuidade da mudança rumo ao ideal social desejado de uma sociedade melhor e democrática.

Nesse sentido, Serra –como a cobertura jornalística da *Folha* e do *Estado* sobre a campanha – tentou construir o terceiro tipo clássico de mito político: o do *complô*, da *conspiração*. Tanto a propaganda do candidato como a imprensa, no caso dos principais jornais impressos nacionais (por meio do elevado número de matérias negativas sobre a candidata, como visto), contribuíram para a criação do mito de que o PT e a candidata Dilma representavam o projeto anti-Brasil: seriam contra o ideal de sociedade que se deseja e não se qualificam, como ele, como “salvadores da pátria”, ou os mais competentes para conduzir à nação rumo a esse projeto.

O mito da conspiração fica também explícito nos discursos de Lula – tanto na propaganda da candidata, como na cobertura jornalística: para ele, qualquer denúncia a seu governo ou ataque à sua sucessora foi interpretado como movidos por interesses políticos. A aprovação de seu governo e a credibilidade que ele gozava, segundo as pesquisas de opinião, reforçavam a ideia de que o próprio presidente Lula, naquele momento, era visto até mesmo pelos adversários como um herói mitológico: fora ele quem conduzira o país às melhores condições econômicas, sociais, culturais e políticas do cenário internacional. O operário – vítima do preconceito de classe – superara o mito do “príncipe” Fernando Henrique Cardoso. Nem mesmo seu opositor “ousou” destruir essa imagem.

Cabe destacar que o discurso mítico criado pela propaganda e reiterado pela *Folha* e pelo *Estado* não encontrou eco de modo absoluto em outros veículos de comunicação. As revistas *CartaCapital* e *IstoÉ*, por exemplo, posicionaram-

se claramente a favor da candidata petista. Não é esse aspecto – o do posicionamento dos veículos perante a corrida eleitoral – o que se discute aqui. O que esta análise revela, sobretudo, é que os mitos políticos – de tipo clássico – foram plenamente utilizados tanto pelas campanhas dos candidatos em sua propaganda como pela cobertura jornalística que se faz delas. Os veículos de imprensa são empresas com produtos à venda e interesses corporativos em jogo e não meramente representantes dos interesses sociais e vigilantes de seu cumprimento, conceito que poderia ser definido como outro mito da sociedade midiática contemporânea: a imprensa como vigilante da democracia, sendo, portanto, imparcial e apartidária.

### Referências

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SAISI, Katia. *Campanhas presidenciais, mídia e eleições na América Latina: Brasil, Chile e Venezuela*. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

### Lista de siglas partidárias

DEM - Partido Democratas: [www.dem.org.br](http://www.dem.org.br)

PC do B - Partido Comunista do Brasil: [www.pcdob.org.br](http://www.pcdob.org.br)

PCB - Partido Comunista Brasileiro: [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)

PCO - Partido da Causa Operária: [www.pco.org.br](http://www.pco.org.br)

PDT - Partido Democrático Trabalhista: [www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)

PHS - Partido Humanista da Solidariedade: [www.phs.org.br](http://www.phs.org.br)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro: [www.pmdb.org.br](http://www.pmdb.org.br)

PMN - Partido da Mobilização Nacional: [www.pmn.org.br](http://www.pmn.org.br)

PP - Partido Progressista: [www.pp.org.br](http://www.pp.org.br)

PPS - Partido Popular Socialista: [www.pps.org.br](http://www.pps.org.br)

PR - Partido da República: [www.partidodarepublica.org.br](http://www.partidodarepublica.org.br)

PRB - Partido Republicano Brasileiro: [www.prb.org.br](http://www.prb.org.br)  
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro: [www.prtb.org.br](http://www.prtb.org.br)  
PSB - Partido Socialista Brasileiro: [www.psbnacional.org.br](http://www.psbnacional.org.br)  
PSC - Partido Social Cristão: [www.psc.org.br](http://www.psc.org.br)  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira: [www.psdb.org.br](http://www.psdb.org.br)  
PSDC - Partido Social Democrata Cristão: [www.psdc.org.br](http://www.psdc.org.br)  
PSL - Partido Social Liberal: [www.pslnacional.org.br](http://www.pslnacional.org.br)  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade: [www.psol50.org.br](http://www.psol50.org.br)  
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado: [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)  
PT - Partido dos Trabalhadores: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)  
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil: [www.ptdob.org.br](http://www.ptdob.org.br)  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro: [www.ptb.org.br](http://www.ptb.org.br)  
PTC - Partido Trabalhista Cristão: [www.ptc36nacional.com.br](http://www.ptc36nacional.com.br)  
PTN - Partido Trabalhista Nacional: [www.ptn.org.br](http://www.ptn.org.br)  
PV - Partido Verde: [www.pv.org.br](http://www.pv.org.br)

## O Brasil no BRICS, segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (2011-2013)

Diego Santos Vieira de Jesus<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é explicar as posições de dois dos principais meios de comunicação impressa no Brasil – os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – com relação à cooperação brasileira com os demais membros do BRICS, identificadas a partir do exame dos editoriais sobre temas das relações exteriores do Brasil nos três primeiros anos da atual administração brasileira. Sustenta-se o argumento de que, ainda que tenha havido uma maior participação de outros atores além do Itamaraty no processo de formulação da inserção internacional brasileira, o tratamento marginal que ambos os jornais atribuíram à cooperação brasileira com os demais membros do BRICS estaria relacionada à menor habilidade do agrupamento de avançar na tradução de suas visões políticas em ações concretas.

**Palavras-chave:** Brasil; BRICS; Folha de S. Paulo; O Globo; Dilma Rousseff

---

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio) e da Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ)

**Abstract:** The aim of this article is to explain the positions of the two main newspapers in Brazil – *Folha de S. Paulo* and *O Globo* – regarding Brazilian cooperation with other BRICS members, based on the examination of their editorials on issues of Brazilian foreign affairs in the first three years of the current Brazilian administration. It is argued that, although there has been increased participation of actors other than the Foreign Ministry in the process of the making of Brazilian international insertion, the marginal treatment that both newspapers have given to Brazilian cooperation with other BRICS members is related to the lower ability of the group to translate its political visions into concrete actions.

52

---

**Palavras-chave:** Brazil; BRICS; Folha de S. Paulo; O Globo; Dilma Rousseff

Desde os primeiros anos da administração de Dilma Rousseff, podem-se observar alguns traços de continuidade e mudança em relação ao Governo Lula no que diz respeito ao papel do Brasil como defensor da reforma das instituições de governança global, aos seus esforços para alimentar as relações Sul-Sul, ao perfil de projeção de poder do Brasil e ao seu papel de liderança regional. No contexto da busca de uma maior projeção internacional do Estado com a crise econômico-financeira internacional, Rousseff continuou as pressões pelas reformas das instituições internacionais – embora a administração Lula fosse mais assertiva – e, apesar de uma ênfase inicial maior na defesa de direitos humanos em relação à administração anterior, seguiu a visão de que as normas liberais com respeito à democracia, aos direitos humanos e à liberdade de mercado não refletem um consenso universal, mas interesses nacionais específicos (ENGSTRON, 2013). O Brasil continuou trabalhando para ampliar sua autoridade e a participação dos Estados em desenvolvimento em instituições multilaterais como o G20, visto como o principal fórum para debater as questões econômicas globais (HAKIM, 2011, p.28-30). No âmbito da segurança internacional, as expectativas dos EUA e da União Europeia de que o Brasil assumisse mais responsabilidades pela gestão de temas dessa área cresceu num primeiro momento (ENGSTRON, 2013), mas as relações entre Brasil e EUA enfrentaram obstáculos com as denúncias de que os EUA estavam conduzindo atividades de espionagem em parceiros, inclusive do governo brasileiro. Diferenças entre Brasil e EUA também se fizeram sentir no reconhecimento da Palestina como Estado e na adoção de medidas ambíguas pelo Brasil quanto à remoção de barreiras comerciais.

Uma das instituições em que o Brasil veio se mostrando mais atuante desde o início do Governo Rousseff foi o BRICS, agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Desde a criação do acrônimo BRIC pela Goldman Sachs em 2001, vários foram os avanços e os obstáculos na construção de uma agenda comum entre Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul. A institucionalização do agrupamento BRIC na reunião ministerial de Ecaterimburgo, na Rússia, em 2008, implicou a criação de uma dinâmica de atividades conjuntas entre os quatro membros iniciais, originalmente postos lado a lado devido às suas características individuais. Desde então, passos importantes foram dados na busca de uma maior convergência de posições e decisões, mas inúmeros problemas de coordenação também emergiram. O BRICS conseguiu

avançar na tradução de visões políticas em ações concretas, mas sua flexibilidade excessiva e a defesa da autonomia pelos seus membros podem dificultar posições coordenadas diante de desafios recentes. A governança e as reformas internas não acompanharam o crescimento econômico em muitos países do agrupamento. Esse foi um dos principais pontos de crítica ao agrupamento na esfera pública.

Nesse contexto, o papel da mídia se mostra fundamental, uma vez que ela pode contribuir para o estabelecimento da agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, a transmissão de informações políticas, o exercício da crítica das políticas públicas e a canalização das demandas da população. Destacam-se dois jornais de grande importância na sociedade brasileira, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Segundo a Associação Nacional de Jornais, a *Folha de S. Paulo* foi o segundo maior jornal de circulação paga em 2011, e *O Globo* foi o quinto. Em 2012, a *Folha* foi o primeiro, e *O Globo*, o terceiro (ANJ, 2013). A *Folha de S. Paulo* afirma buscar um “um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” e contribuir para a introdução, na discussão pública, de temas, enfoques, preocupações e tendências novos e assegurar ao leitor o acesso a múltiplas interpretações acerca dos fatos – mesmo que divergentes das do veículo. Ela ressalta a necessidade de o jornalismo refinar sua capacidade de selecionar, analisar e didatizar sobre assuntos de alcance nacional e internacional, articulando enfoques que coloquem tais temas na ordem do dia (FSP, 2001, p.11). *O Globo* afirma seguir os princípios editoriais das Organizações Globo, que se dizem “sempre independentes, apartidárias, laicas” e praticantes de um jornalismo que “busque a isenção, a correção e a agilidade”, não sendo, portanto, “nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos”. Dentre os princípios editoriais, cabe indicar o respeito à democracia, às liberdades individuais, à livre-iniciativa, aos direitos humanos, à república, ao avanço da ciência e à preservação da natureza (O GLOBO, 2011).

O objetivo do artigo é explicar as posições de dois dos principais meios de comunicação impressa no Brasil – os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – com relação à cooperação brasileira com os demais membros do BRICS, identificadas a partir do exame dos editoriais sobre temas das relações exteriores do Brasil nos três primeiros anos da atual administração brasileira. Pretendo sustentar o argumento de que, ainda que tenha havido uma maior participação de outros atores além do Itamaraty no processo de formulação da inserção internacional brasileira,

o tratamento marginal que ambos os jornais atribuíram à cooperação brasileira com os demais membros do BRICS estaria relacionada à menor habilidade do agrupamento de avançar na tradução de suas visões políticas em ações concretas. No próximo item, apresentarei o contexto de pluralização da formulação da atuação internacional brasileira. A seguir, indicarei respectivamente as principais características da atuação internacional brasileira durante os três primeiros anos da presidência de Dilma Rousseff (2011-2013) – dando especial ênfase à atuação brasileira no âmbito do BRICS – e as pressões internas à atuação internacional brasileira nesse período. Antes de tecer as considerações finais, examinarei as posições dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* acerca da cooperação brasileira com os demais membros do BRICS.

### **A pluralização da formulação da atuação internacional brasileira**

Ao longo da formação do Estado brasileiro, foi possível observar durante sua maior parte o fortalecimento da atuação do Ministério de Relações Exteriores, em particular o aumento da capacidade de controle dos diplomatas sobre a condução da atuação internacional brasileira e o controle da sua própria formação. Os diplomatas conquistaram autonomia crescente em relação ao sistema social e a segmentos particulares deste sistema e do aparelho estatal, o que lhes conferiu iniciativa na formulação e implementação da atuação internacional brasileira ao mesmo tempo em que se asseguravam a continuidade dessa atuação e a resistência a mudanças bruscas e indesejadas, como aponta Zairo Cheibub (1985). Entretanto, mais recentemente, tornou-se evidente que os recursos que até então conferiam credibilidade ao Itamaraty enquanto órgão responsável pela formulação da atuação internacional brasileira – eficiência, profissionalismo, coerência e estabilidade – mostraram-se insuficientes na negociação internacional, e o insulamento burocrático do Itamaraty foi cada vez mais questionado por uma diversidade de atores na dimensão doméstica brasileira (PINHEIRO, 2009, p.23). Uma série de autores procurou examinar como o advento da democracia e as políticas orientadas para a abertura de mercado no Brasil impactaram a formulação da política externa, em particular com a pluralização de atores nesse processo, e/ou explorar suas principais causas. A abertura política brasileira em

meados da década de 1980 teve alguns impactos importantes para a formulação da política externa, em especial a criação de demandas por transparência e *accountability* que poderiam minar o insulamento burocrático do Itamaraty e seu monopólio sobre as questões de política externa no longo prazo. Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2008) sinaliza que a excelência da diplomacia brasileira era baseada num considerável nível de elitismo e fechamento, mas que foi sendo pavimentado o caminho para a emergência de novos atores na sociedade civil que tinham interesse nos assuntos internacionais, de sindicatos a ativistas de direitos humanos e empresários, e passavam a pressionar o Ministério de Relações Exteriores. A liberalização comercial também mudou a forma como a atuação internacional era formulada e quem a formulava, em especial com a abertura econômica pelos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 e início da década de 2000. Por exemplo, setores empresariais cuja competitividade era garantida pelo governo tiveram de se adaptar a tendências como a globalização e a integração regional, e, como apontam Daniel Castelan (2010) e Wagner Pralon Mancuso e Amâncio Jorge de Oliveira (2006), quanto mais questões como regulação comercial e a reforma tarifária se tornaram relevantes, maior foi o engajamento de outras agências federais e de atores privados na política externa voltada para a área comercial.

Leticia Pinheiro (2001) argumenta que, graças ao alto grau de credibilidade do Itamaraty e seu elevado nível de capacitação profissional e ao amplo poder de agenda concentrado nas mãos do presidente da República garantido pelo modelo institucional vigente, a adoção de uma conduta parcialmente responsiva tinha permitido ao Itamaraty garantir uma imagem de uma atuação internacional representativa em face da falta de mecanismos de responsabilização. O Itamaraty conseguia assim construir uma imagem de crescentes desinsulamento e representatividade para a atuação internacional brasileira sem abrir mão da sua autonomia. Em obra posterior, a autora apontou que a presença de outras agências governamentais na formulação da política externa está relacionada à liberalização econômica, à intensificação da globalização e ao fim da Guerra Fria. A liberalização trouxe efeitos distributivos para a atuação internacional, na medida em que o resultado das negociações não conseguia corresponder a consensos antes instituídos, que produzia uma série de ganhadores e perdedores na arena política. A intensificação da globalização exacerbou o potencial de que

fenômenos internos tivessem repercussões além das fronteiras nacionais, o que levou a uma maior interação e à diluição da fronteira entre o plano doméstico e o internacional. O fim da competição bipolar permitiu que diversos temas, cuja importância e natureza antes se davam à luz da disputa ideológica, chegassem à agenda de política externa dos Estados, como meio ambiente, direitos humanos, saúde e direitos das mulheres. Em vista da nova agenda e da falta de preparação dos diplomatas para lidar com temas de natureza tão diversa, agências antes voltadas apenas para a produção de políticas para a dimensão interna do Estado começaram a desenvolver estratégias de diálogo e atuação internacionais. Além disso, atores subnacionais no nível de governos de estados da federação e municípios passaram a atuar de forma cada vez mais decisiva em temas de política externa em face da expansão da integração regional e da cooperação Sul-Sul. O crescente processo de internalização das decisões tomadas no plano internacional também incidiu diretamente na participação do Poder Legislativo na atuação internacional brasileira, o qual é responsável por aprovar tratados e atos internacionais assinados pelo Executivo, autorizar a declaração de guerra e aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, dentre outras funções. A não aprovação pelo Congresso de um acordo internacional assinado pelo Executivo pode gerar custos elevados. Diante disso, congressistas buscaram aumentar sua participação nas negociações internacionais ao introduzirem mecanismos institucionais nesse sentido e formularam emendas, reservas ou cláusulas interpretativas no processo de discussão sobre esses acordos. Para se explicar a maior participação de atores da sociedade civil, deve-se adicionar um quarto elemento: o retorno da democracia. As demandas antes reprimidas pelo controle da atividade política pelo governo autoritário passaram a ocupar a agenda de definição de políticas públicas, inclusive da política externa. A necessidade de fazer frente a novos desafios da diversificação da agenda impulsionou representantes do Estado a buscarem a assessoria de organizações da sociedade civil. A participação de tais atores da sociedade civil foi tanto direta – como coautores de decisões, por exemplo – como indireta, por meio do engajamento no debate político. Se antes o isolamento do Itamaraty conferia a ele autonomia necessária para atuar em nome do “interesse nacional”, hoje são necessários instrumentos exógenos à atividade diplomática para conquistar uma combinação entre autoridade e representatividade que confira às decisões um alto grau de

credibilidade perante os interlocutores internacionais. Assim, um desafio para o Ministério de Relações Exteriores é, por um lado, dar maior legitimidade a suas propostas por meio do debate sobre a atuação internacional do Brasil e, por outro, resguardar sua autonomia para que não se desvie o curso das políticas nem se ponha em risco seu sucesso (PINHEIRO, 2009, p.18-24).

Leticia Pinheiro e Carlos Milani (2012, p.331) desenvolvem que a pluralidade de atores e agendas na atuação internacional brasileira envolve, além dos muitos atores não tradicionais que desafiam o monopólio da ação diplomática do Itamaraty, uma multiplicidade de atores não estatais, que podem defender interesses públicos e coletivos (saúde pública, direitos humanos e cultura, dentre outros). Tais atores podem também defender interesses de determinados grupos e setores econômicos e culturais da sociedade brasileira, como associações, movimentos sociais e empresas. A pluralidade de atores e interesses resulta do fato de que as ordens internacional e doméstica deixam em aberto uma série de espaços para a ação política, o que revela a complexidade crescente do processo decisório da atuação internacional brasileira.

Alguns autores se dedicaram a entender as posições e as ações de atores específicos fora do Itamaraty na formulação da atuação internacional. Tullo Vigevani e Marcelo Mariano (2005) apontam que sindicatos se mostraram particularmente preocupados com o desenvolvimento da integração regional e procuraram intervir nas negociações do Mercosul e na criação da Alca. João Paulo Cândia Veiga (2005) indica que os empresários também se envolveram quando a competitividade esteve ameaçada. O setor automotivo pressionou o governo em relação a disputas comerciais com a indústria argentina e os Estados desenvolvidos na OMC. Amancio Jorge de Oliveira e Janina Onuki (2010) argumentam que partidos políticos buscaram explorar o potencial eleitoral das questões de política externa, e André Lago (2006) e Tathiana Haddad (2005) apontam que ONGs buscaram expressar suas demandas em áreas em que o Brasil se tornou constantemente envolvido, como a proteção ambiental e os direitos humanos, respectivamente. Entretanto, embora exista uma considerável literatura que trata da pluralização de atores na formulação da atuação internacional brasileira e da ação de atores específicos além do Itamaraty, poucos autores se debruçaram especificamente sobre a maior participação da mídia e a sua posição com relação aos temas de política externa. Atores como a mídia

e a comunidade acadêmica em geral dispõem de pouco ou nenhum poder de definição de agenda, ainda que sejam fontes importantes de ideias e argumentos para o debate público, e mantêm uma relação tênue e periférica com o Itamaraty, como aponta Gelson Fonseca Júnior (2011).

Entretanto, mesmo que diversos autores tenham reconhecido a capacidade limitada da mídia na definição de agenda, alguns se debruçaram sobre as posições de órgãos de imprensa em relação à atuação internacional brasileira e / ou o papel que exerceram na formulação da política externa. Guilherme Casarões (2012) examinou as posições dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* sobre questões de política externa brasileira durante o Governo Lula e constatou que tais jornais compartilharam a impressão de que a política externa do antecessor de Rousseff tinha uma série de problemas, como o voluntarismo excessivo do presidente, o grande pragmatismo na relação com os Estados do Sul – o que contrastava com as parcerias ideológicas na América Latina – e a influência indesejável do assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, nas relações exteriores. Enquanto a *Folha* rejeitava os meios, mas não necessariamente os fins da política externa, o Estado criticava ambos igualmente. Em obra anterior à de Casarões e focando uma administração anterior, Jesus (2009) argumenta que a *Folha* se posicionou de forma crítica a diversas ações do governo de Fernando Henrique Cardoso na área externa, evidenciando lacunas e deficiências na sua atuação e buscando uma posição mais ativa no processo de formulação da atuação internacional do Brasil. Quanto à diplomacia econômica do Governo FHC e à promoção do desenvolvimento, a agenda internacional do Estado durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso era vista pela *Folha* como primordialmente econômica. Tal agenda dava muita importância às questões comerciais e deveria incluir mais temas relativos à transferência de tecnologia, regimes de investimento, adequação de regimes aduaneiros, regulamentação do mercado de trabalho e desenvolvimento sustentável. No que diz respeito à participação do Brasil na política internacional, os editoriais da *Folha* apontaram para a crítica de que Brasil ainda só conseguia se movimentar dentro de “limites periféricos” que lhe foram reservados pela divisão internacional do poder, ainda estando aliado dos fóruns em que eram decididas as mais importantes questões políticas globais (JESUS, 2009).

Cabe ressaltar que não é meu objetivo avaliar a efetividade da influência de órgãos de imprensa sobre os resultados da atuação internacional, mas verificar as condições pelas quais canais para sua maior participação – ainda que limitada – foram desenvolvidos e explicar a forma como a *Folha* e *O Globo* se posicionaram e atuaram. Ademais, compreendo que tratar a mídia como ator monolítico pode trazer uma série de imprecisões analíticas, uma vez que existem claras diferenças entre as posições dos órgãos de imprensa sobre temas de atuação internacional brasileira. Entretanto, ao destacar as posições de órgãos de imprensa de grande circulação e que são bastante representativos das posições da maior parte das instituições midiáticas no Brasil, pretendo verificar se houve um tratamento marginal dessa cooperação com os membros do BRICS e uma tendência mais crítica na posição de tais órgãos no que diz respeito aos temas da atuação internacional durante o Governo Rousseff.

### **A atuação internacional brasileira no Governo Dilma Rousseff: principais características**

60

Segundo o primeiro Ministro das Relações Exteriores do Brasil no governo de Dilma Rousseff, Antonio Patriota, a orientação da atuação internacional do Brasil na atual administração é a “multipolaridade benigna” ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva”, que reconhece a existência de uma estrutura multipolar de poder no mundo. Tal orientação não representa uma ruptura radical com a política externa da administração anterior. Patriota foi um colaborador muito próximo do antigo chanceler, Celso Amorim, e atuou principalmente na embaixada brasileira em Washington entre 2007 e 2009 e como Secretário-Geral do Itamaraty em seguida. Em face de sua participação na formulação da política externa do governo Lula, seria difícil mudar radicalmente as bases de atuação, mas algumas revisões foram implementadas, em especial em relação a dois pontos: a manutenção das relações Sul-Sul com a reaproximação aos Estados do Norte e o discurso de defesa dos direitos humanos (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3).

Como a crise econômica global atingiu o Brasil pela porta do setor externo – gerando escassez de financiamento às exportações e queda na demanda externa – os vetores que orientaram a participação brasileira em fóruns como o

G20 desde a época do Governo Lula foram as demandas de facilitação do acesso ao crédito comercial e o discurso contra o protecionismo e seus riscos. Outros temas gradativamente adquiriram peso na agenda brasileira, como a reforma das instituições financeiras internacionais – especialmente o FMI – e a redução dos desequilíbrios macroeconômicos globais. Nesse contexto, a estratégia de reforçar as alianças Sul-Sul, particularmente com os grandes emergentes (China e Índia), pautou a atuação do Brasil até o final do Governo Lula. Ainda que os reflexos da política cambial chinesa estivessem pressionando negativamente a competitividade dos produtos brasileiros, o governo optou por apontar os EUA como os principais responsáveis pelos desequilíbrios macroeconômicos globais (VEIGA & RIOS, 2011, p.3). O governo de Dilma Rousseff manteve o foco na cooperação Sul-Sul, mas sinalizou que tal cooperação não deveria ocorrer em detrimento da relação com as grandes potências (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3), em especial com os EUA. Em março de 2011, por exemplo, Rousseff celebrou a parceria com o presidente norte-americano Barack Obama e a cooperação em diferentes áreas, como educação, inclusão social, investimento e comércio exterior, questões energéticas e ambientais, ciência e tecnologia, democracia e direitos humanos. O encontro também foi uma oportunidade para aprofundar a cooperação acerca do desenvolvimento de perspectivas para a resolução de problemas relacionados à mudança do clima, à eficiência energética e à crise financeira global. Entretanto, inúmeras diferenças persistiram entre os dois Estados. Rousseff expressou nas Nações Unidas seu apoio à reforma da ONU e a inclusão de novos membros permanentes no Conselho de Segurança da organização, especialmente Estados em desenvolvimento. Ela indicou que a legitimidade do Conselho dependerá de sua reforma e que a falta de representatividade destruirá sua eficácia. Ela também defendeu o reconhecimento da Palestina como Estado e sua adesão às Nações Unidas, o que enfrenta oposição dos EUA. Rousseff posteriormente mostrou seu apoio à diplomacia preventiva em oposição à intervenção militar por grandes potências em zonas de conflito e defendeu a eliminação dos privilégios dos Estados nuclearmente armados de manterem seus arsenais. Em julho de 2013, impasses nas relações surgiram na relação dos dois Estados com a denúncia de que os EUA estariam espionando Estados latino-americanos, inclusive o Brasil.

Rousseff inicialmente confirmou a prioridade aos assuntos de direitos

humanos na atuação internacional brasileira ao fazer uma crítica aberta à omissão brasileira na votação sobre a questão iraniana no Conselho de Direitos Humanos da ONU no passado. O Brasil no Governo Rousseff votou a favor do envio de um inspetor da ONU para investigar possíveis violações de direitos humanos no Irã. Entretanto, absteve-se na votação do Conselho de Segurança sobre a intervenção na Líbia por não se mostrar plenamente convencido de que as grandes potências defenderiam os direitos humanos em uma intervenção humanitária. Ainda que a atuação internacional brasileira priorize a defesa dos direitos humanos, o Estado não aceitaria intervenções humanitárias que tivessem outros interesses velados. A defesa maior dos direitos humanos na administração Rousseff pode levar a incoerências, como Amorim sinalizou: “se quisermos ser absolutamente coerentes, temos que mandar um relator especial para o Irã, outro para Guantánamo, outro para ver a situação dos imigrantes na Europa”. Ademais, é clara a maior possibilidade de ruptura de diálogo com Estados como o Irã se um Estado se engaja numa política condenatória das práticas relacionadas a direitos humanos em outro (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.4).

Apesar das aparentes mudanças, no âmbito político-partidário, era evidente a continuidade institucional da gestão de Dilma Rousseff em relação à de Lula. Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (2011) aponta que a eleição da candidata do mesmo partido do ex-presidente e a manutenção da maioria coligada no Senado e na Câmara fizeram com que ocorressem poucas modificações na estrutura institucional, tanto do Executivo quanto do Legislativo, no início do governo. A manutenção de nomes do antigo governo em cargos relevantes para o cenário internacional do Estado num futuro próximo garantiu um elevado grau de continuidade e ajudou a promover a estabilidade em alguns setores relevantes no futuro próximo – em especial a execução de dois dos maiores eventos esportivos globais, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e a política econômica. No Legislativo – ainda que esta instituição não tenha grande destaque na conformação da política externa –, a manutenção da coligação entre os dois grandes partidos do congresso (PT e PMDB) ajudou a promover a continuidade de vários projetos que já vinham em andamento, a exemplo dos programas de assistência social que ganharam destaque internacional durante os oito anos de governo Lula. Nos fóruns multilaterais, deu-se sequência ao projeto

de aproximação a outros Estados emergentes. O Brasil também seguiu liderando as forças de atuação da ONU no Haiti (MINUSTAH), e seus representantes se encontraram com membros do G4 (Japão, Brasil, Alemanha e Índia) e do IBAS para discutir os temas de reformas nas Nações Unidas, ponto amplamente debatido durante a administração Lula. O Brasil seguiu defendendo uma maior participação de Estados emergentes na reestruturação econômica pós-crise financeira, sobretudo reformas institucionais no FMI e Banco Mundial, e apoiando o G20 (ZIEMATH, 2011).

No enfrentamento da crise internacional iniciada em 2008, o Brasil procurou coordenar posições com os demais membros do BRICS, mas enfrentou dificuldades para a articulação de iniciativas conjuntas a fim de responder à crise internacional, em particular na Zona do Euro. Em setembro de 2011, os membros do agrupamento chegaram a afirmar que estavam considerando oferecer mais dinheiro ao FMI ou a outros organismos financeiros internacionais a fim de aumentar a capacidade de enfrentamento da crise financeira. Os ministros de Finanças do BRICS solicitaram aos Estados membros do G20 que agissem rápida e decisivamente para abrandarem a crise de dívida da Zona do Euro, de forma semelhante à adotada no combate à crise financeira global de 2008. Os membros do agrupamento ressaltavam a crescente preocupação das economias emergentes com a escalada da crise econômica no mundo desenvolvido e sinalizavam uma mudança drástica: os Estados em desenvolvimento ofereceriam ajuda financeira que poderia ser utilizada para amenizar a crise que afetava Estados desenvolvidos, em particular os Estados da Zona do Euro. O fracasso no combate a tal turbulência poderia afetar as economias emergentes, como indicaram autoridades brasileiras. A ideia sugerida pelo Brasil de que o BRICS poderia oferecer ajuda direta a Estados afetados pela crise europeia por meio da compra de títulos parecia ter tido pouca repercussão (BRANDIMARTE, 2011).

O BRICS se mostrou mais propenso a oferecer ajuda à Zona do Euro por meio do FMI. O ministro de Finanças da África do Sul, Pravin Gordhan, disse que os recursos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e do FMI poderiam ser insuficientes para evitar um contágio da crise e recordou que o BRICS tinha indicado que poderia ajudar as instituições internacionais se estas pedissem ajuda. Entretanto, a Rússia se opôs a oferecer qualquer tipo de ajuda a seus vizinhos europeus mais ricos. Na Índia, havia relutância em dar

mais dinheiro para o FMI em face da imposição de gastos para a redução de seu déficit, apesar do reconhecimento, pelo governo indiano, da necessidade de uma ação coletiva para lidar com a crise de dívida da Zona do Euro e da crença de que o melhor caminho para fazê-lo seria o FMI. Embora membros do BRICS tivessem se mostrado dispostos a contribuir, ainda não havia um acordo coletivo em meados de outubro de 2011 sobre as formas como isso poderia ser feito. Analistas apontavam que os Estados emergentes poderiam ganhar força ao eventualmente investir no FEEF. Em termos políticos, Estados como China e Brasil teriam maior força para exigir mais voz em organismos como o FMI, e, em nível econômico, uma ajuda bem-sucedida à Europa evitaria que as exportações de emergentes para o mercado europeu fossem afetadas por uma crise. Analistas e formuladores de decisão apontavam que os membros do BRICS poderiam vincular o auxílio financeiro aos europeus à efetiva implementação da reforma nas cotas e na governança no FMI a fim de elevar o peso brasileiro e de outros emergentes nas decisões da instituição. Os europeus viam nos membros do BRICS financiadores em potencial da operação de resgate da Zona do Euro. O Brasil dissera que aceitava ajudar por meio do FMI, o que considerava uma atitude sensata. Antes da Cúpula do G20 em novembro de 2011, representantes europeus manifestaram a intenção de convencer os grandes Estados emergentes, como a China ou o Brasil, a contribuírem financeiramente com o aumento do capital do FEEF. Porém, não houve qualquer compromisso formal quanto à contribuição, e os membros do BRICS concordaram em ajudar a Europa somente por meio do FMI, não diretamente ao fundo europeu (WASSERMANN, 2011). A China, contudo, não descartou a possibilidade de contribuir diretamente para o FEEF.

Antes da Cúpula de Durban do BRICS em 2013, já se apontava o quão ampla seria a agenda dos membros do BRICS para o encontro, mas as expectativas de resultados mais concretos do que os obtidos em Cúpulas anteriores eram maiores. Além de se preverem acordos de cofinanciamento de infraestrutura na África e cooperação para o desenvolvimento sustentável, esperava-se também o lançamento das negociações para a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS. Especulava-se que o governo brasileiro buscaria fixar na Cúpula a meta de fundação do banco na reunião de 2014, no Brasil, e que o capital da instituição financeira ficaria entre 50 e 70 bilhões de dólares, a

ser dividido entre os cinco Estados, com integralização de uma cota de cerca de 2 bilhões de dólares na constituição do banco. Previa-se também o início oficial das negociações do Arranjo de Reservas de Contingência, que, na verdade, já se encontravam bem adiantadas. Ele seria um mecanismo financeiro agregando uma parcela das reservas internacionais dos cinco Estados, com até 120 bilhões de dólares, cujo objetivo seria proteger os membros do agrupamento de ataques financeiros especulativos e problemas no balanço de pagamentos, além de ampliar a autonomia desses Estados em relação ao FMI numa situação em que necessitassem de divisas estrangeiras. A China seria a principal contribuinte, ao passo que Brasil, Rússia e Índia teriam contribuições semelhantes e menores que a China, e a África do Sul contribuiria menos, mas poderia sacar mais. O desembolso não seria necessariamente imediato, mas se exigiria o compromisso de comparecer com os recursos, caso fossem solicitados (VALOR ONLINE, 2013).

A ideia de um banco do BRICS foi primeiramente levantada pelo primeiro-ministro indiano Manmohan Singh na Cúpula do G20 em Seul, em novembro de 2010, e teve o apoio de economistas como Nicholas Stern e Joseph Stiglitz. Como anfitriã da Cúpula do BRICS de 2013, a África do Sul mostrou seu comprometimento com a proposta do banco, inclusive o colocando como um dos principais temas para uma cúpula bem-sucedida e sinalizando o efeito direto dessa instituição no financiamento de infraestrutura, de que a própria África do Sul e a Índia tanto necessitam. O Brasil também buscava novas fontes de investimento para infraestrutura, enquanto a Rússia – cuja riqueza em petróleo e gás permitiu uma inserção internacional cada vez mais decisiva – e a China – cuja economia continuava pulsante – identificavam vantagens políticas e econômicas em colocar seus próprios recursos financeiros para a operação do banco e o auxílio a parceiros por meio de um instrumento de um agrupamento que criaram e buscavam liderar (KIRTON & BRACHT, 2013).

Finalmente, na Declaração de eThekweni, os líderes do BRICS instruíram seus ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais a continuar trabalhando na direção do estabelecimento do arranjo de reservas contingentes, bem como do novo banco de desenvolvimento, negociando e concluindo os acordos que os estabelecerão. Na mesma declaração, eles clamavam pela reforma das instituições financeiras internacionais a fim de que se tornassem mais

representativas e refletissem o peso crescente do BRICS e de outros Estados em desenvolvimento e demonstraram sua preocupação com o ritmo lento da reforma do FMI, vendo a necessidade de implementar, como fora acordada, a reforma da governança e do sistema de cotas do FMI de 2010. Eles enfatizavam a importância de se garantir acesso adequado e previsível a financiamento de longo prazo para os Estados em desenvolvimento a partir de uma variedade de recursos e disseram que gostariam de ver um esforço global concertado na direção de financiamento e investimento em infraestrutura por meio da instrumentalidade de bancos regionais e multilaterais de desenvolvimento com recursos adequados (ETHEKWINI DECLARATION, 2013).

Na mesma declaração, os líderes do BRICS reforçaram o compromisso com a ONU como o principal fórum multilateral para a promoção de paz, ordem e desenvolvimento sustentável no mundo e reafirmaram a necessidade de uma reforma da organização, inclusive de seu Conselho de Segurança, a fim de torná-la mais representativa, efetiva e eficiente. Assim, a China e a Rússia reiteravam a importância do Brasil, da Índia e da África do Sul nos assuntos internacionais e apoiavam sua aspiração a um papel mais expressivo nas Nações Unidas. Os líderes indicavam a importância de se fortalecer a cooperação entre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a União Africana e expressavam a preocupação com a instabilidade no norte da África e no Golfo da Guiné e a deterioração das condições humanitárias em alguns Estados, como a Síria – em cujo caso eles reafirmaram a oposição a qualquer militarização adicional do conflito. Um processo político liderado pela Síria que levasse à transição poderia ser alcançado, na visão dos membros do BRICS, somente por meio de um amplo diálogo nacional que preenchesse as aspirações legítimas de todas as seções da sociedade síria e respeitasse a independência, a integridade territorial e a soberania sírias. Os líderes do BRICS também celebravam a admissão da Palestina como um Estado observador das Nações Unidas, acreditavam numa solução negociada sobre a questão nuclear iraniana e apoiavam os esforços das organizações regionais africanas no restabelecimento da soberania e da integridade territorial do Mali. Eles mais uma vez condenaram o terrorismo em todas as suas formas e manifestações (ETHEKWINI DECLARATION, 2013).

### **As pressões internas durante o Governo Rousseff**

Pode-se observar que, no Governo Rousseff, alguns atores políticos e sociais domésticos além do Itamaraty ampliaram sua ação na definição dos rumos da atuação internacional do Brasil. Em 2012, Rousseff determinou ao primeiro escalão da área internacional do governo que repensasse a política externa brasileira para ajustá-la ao cenário mundial pós-Primavera Árabe e crise europeia a fim de aproveitar o momento para aumentar a influência do Estado no cenário internacional. Um grupo de ministros e assessores especiais da área externa veio discutindo formas de diversificar as frentes de atuação brasileira. A equipe foi comandada na ocasião pelos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, da Fazenda, Guido Mantega, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Dentro de cada área, eles procuraram mapear as oportunidades para reforçar a presença brasileira na agenda mundial. Nesse contexto, o governo decidiu manter a “âncora regional” da sua política externa, focada na preservação da paz e da democracia na América do Sul, e enxergava o mundo como multipolar, o que permitia um número maior de protagonistas (AGÊNCIA O GLOBO, 2012).

67

No Governo Rousseff, alguns atores domésticos ampliaram sua ação na definição dos rumos da atuação internacional do Brasil, mas não só no âmbito do Poder Executivo. Os empresários no setor industrial foram um grande exemplo. Essa maior participação se intensificou especialmente a partir da estagnação de agendas internacionais relevantes a esses atores por conta especialmente de conflitos de interesses no nível externo. Os fóruns econômicos internacionais têm mostrado capacidade limitada de promover consensos que permitam avançar em agendas estagnadas por conflitos de interesses, como era o caso da Rodada Doha da OMC. O próprio G20 financeiro vinha enfrentando dificuldades em avançar em compromissos que limitassem a liberdade de adoção de políticas nacionais autônomas, mesmo quando tinham impactos negativos sobre outras economias. No âmbito doméstico, o expressivo crescimento das importações e a perda de participação dos produtos manufaturados no total exportado impuseram crescente pressão do setor industrial por maior ativismo na política comercial, em especial demandas por aumento de proteção por meio de tarifas ou do uso mais intensivo de instrumentos de defesa comercial. A China em especial era

concebida como grande oportunidade, mas crescentemente como forte ameaça: ainda que a China contribuísse ao desempenho das exportações de *commodities*, o forte crescimento das importações brasileiras de produtos chineses alimentava o debate sobre a necessidade de que o Estado desenvolvesse uma estratégia para lidar com o fenômeno chinês. Em face disso, o setor empresarial pressionava para que o Governo Rousseff promovesse alterações de rumo na política econômica externa adotada nos dois mandatos do presidente Lula. Por um lado, seria necessário rever prioridades e alianças nos principais foros econômicos internacionais; por outro, era possível um maior intervencionismo na política comercial doméstica, trazendo o desafio de evitar um retorno a estratégias protecionistas, que prejudicassem a competição no mercado doméstico e a competitividade dos produtos exportáveis e gerassem medidas retaliatórias dos principais parceiros comerciais do Brasil (VEIGA & RIOS, 2011, p.1-2). Muitos críticos apontam o excessivo protecionismo do governo brasileiro, ameaçando romper acordos e impondo barreiras. A alegação para tais medidas é a de que se precisa proteger a indústria nacional; porém, tal proteção não vem acompanhada de investimento no desenvolvimento, como o maior desenvolvimento de incentivos fiscais que tornem o produto brasileiro mais competitivo.

Uma série de ONGs – em especial as relacionadas à área de direitos humanos – também desejou ampliar sua participação nos temas da atuação internacional do Brasil. Tanto ONGs nacionais como internacionais – como é o caso da Human Rights Watch – pressionaram o Governo Rousseff para que reavaliasse a ação internacional do Estado dando peso maior aos direitos humanos. Tal pressão se colocava, porque, na visão de inúmeros desses grupos, a política externa do governo Lula deixou em segundo plano as preocupações em matéria de direitos humanos. Elas se mostraram satisfeitas com a maior preocupação do governo Rousseff com o tema, em especial quando a presidente disse claramente que não estava de acordo com a política externa brasileira especificamente no caso do Irã e das posições que o governo Lula manteve em relação aos direitos das mulheres nesse Estado. Porém, apesar da aparente sinalização inicial de mudança, em 2011 o Brasil voltou a se abster em uma votação na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, que condenou violações de direitos humanos no Irã. Grupos de defesa dos direitos humanos criticaram Rousseff por não condenar as violações em Cuba durante sua visita à ilha. Eles

afirmavam que não havia dúvidas de que o Brasil violava direitos humanos, mas a situação seria muito diferente do caso cubano, onde se negam todas as liberdades fundamentais. Para a ONG Conectas, Rousseff perdeu a oportunidade de levar a solidariedade do Brasil aos cubanos vítimas do regime, uma vez que o reconhecimento de violações dentro do seu próprio Estado por Rousseff não seria impedimento para contribuir com o respeito aos direitos humanos em qualquer outro lugar do mundo. Em 2011, inúmeros grupos criticaram o fato de que, em crises na Síria ou na Líbia, a atuação brasileira no primeiro ano do Governo Rousseff não trouxe grandes mudanças em relação a seu antecessor. O Brasil se absteve na votação no Conselho de Segurança, em março, que aprovou uma ação militar na Líbia sob a justificativa de proteger civis. Também demorou a reconhecer os rebeldes líbios que derrubaram o governo de Muamar Khadafi e assumiram o poder. Ademais, o Brasil também não foi favorável a sanções contra a Síria em votações no âmbito do Conselho de Segurança da ONU – já que nesse fórum há o risco de que resoluções resultem em ação militar, como ocorreu no caso da Líbia (DEFESANET, 2011).

Tais ONGs sinalizam a fragilidade da atuação brasileira na área dos direitos humanos, em especial na Síria. O Brasil foi contra qualquer operação que envolvesse a intervenção militar, mas foi incapaz também de apontar qualquer outra saída alternativa concreta, em uma política majoritariamente dubitativa diante de um dos regimes mais criticados ao redor do mundo. No governo Rousseff, o Brasil não fez parte da lista de 57 Estados que solicitaram ao Conselho de Segurança da ONU que enviasse o caso ao Tribunal Penal Internacional. Essa mesma posição relutante continuou a ser observada no Irã, que mais executa prisioneiros no mundo, em números per capita, e também um dos que mais prende jornalistas. Em 2012, Rousseff instruiu a missão brasileira na ONU a se abster na votação de uma resolução que condenava violações a direitos humanos cometidas pelo regime iraniano, embora o Itamaraty tivesse apoiado, assim que Rousseff assumira a presidência, a indicação de um relator das Nações Unidas ao Estado para documentar os recorrentes abusos. O Ministério de Relações Exteriores disse que as questões de direitos humanos deveriam ser tratadas nos foros adequados, para evitar o risco de politização, mas, quando confrontada pelo “foro adequado” da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, como no caso Belo Monte, Rousseff

não apenas retirou o embaixador brasileiro ante o organismo como suspendeu temporariamente as contribuições financeiras (ASANO, 2013).

### **As posições da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo***

Foi possível observar que, apesar de adotar uma posição predominantemente crítica às decisões da Presidência e de outros atores no Executivo, *O Globo* não focou em seus editoriais no período analisado a cooperação brasileira com os demais membros do BRICS no que diz respeito ao enfrentamento da crise econômico-financeira internacional e seus desdobramentos e aos temas de segurança internacional. O acrônimo – e nem tanto o agrupamento em si – foi mencionado superficialmente em editoriais que desenvolveram argumentos críticos à atuação da Presidência e do Governo Federal no tratamento de questões econômicas e financeiras – em parte ligadas à crise e aos seus desdobramentos – e nos temas de segurança internacional, mas a cooperação brasileira com seus parceiros emergentes não foi o foco de tais textos. No editorial “Brasil está ficando para trás na produtividade” (22/12/2013), o jornal ressalta que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estava empenhado em mapear iniciativas públicas capazes de estimular ganhos de produtividade, que seriam apresentadas na Cúpula do BRICS no Brasil, em 2014. Entretanto, o jornal critica o fato de que tais iniciativas não compunham uma ação coordenada, de forma que os resultados acabam ficando aquém do desejado. Situando o Brasil no contexto de ascensão das economias emergentes e das dificuldades trazidas pela crise internacional, o jornal aponta que o Brasil precisaria remover urgentemente gargalos de infraestrutura e sinaliza que as recentes licitações para concessões de rodovias, aeroportos e portos devem contribuir para isso. Ademais, seriam necessárias reformas para simplificar a estrutura tributária, eliminar burocracia e tornar o mercado de trabalho mais flexível, além de melhorar a qualidade da educação e da formação profissional dos trabalhadores. No editorial “O perigo da inflação alta, mesmo estabilizada” (08/11/2013), *O Globo* aponta que o crescimento baixo, a desconfiança no front fiscal e a inflação “engessada” na proximidade dos 6% – a meio ponto do teto da meta, cujo centro, 4,5%, é que deve ser perseguido, algo que o governo Dilma deixou de lado – não estimulam

otimismo. Por conta disso, seria compreensível para o jornal que surgissem análises negativas na imprensa internacional, como a expectativa, publicada pelo jornal inglês *Financial Times*, de analistas do Barclays em São Paulo de que o Brasil poderia ser o primeiro Estado do BRICS a perder o grau de investimento das agências de avaliação de risco. Na S&P (Standard and Poor's), o viés do Estado já era de baixa.

No que diz respeito às questões comerciais, o editorial “Direitos e deveres no comando da OMC” (09/05/2013) aponta que a escolha do brasileiro Roberto Azevêdo para diretor-geral da OMC – com votos africanos, dos membros do BRICS e de uma série de países menores – injetava ânimo no “legítimo projeto brasileiro de ampliar a representatividade em fóruns multilaterais, com destaque para o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU”. Ademais, para o jornal, a ascensão de Azevêdo poderia também contribuir para arejar a política comercial brasileira, uma vez que posições favoráveis ao protecionismo ganharam peso. O jornal alertava que seria um contrassenso se o Estado do diretor-geral da OMC praticasse o oposto da missão do organismo – a liberalização do comércio mundial – e esperava que o novo diretor da OMC também pudesse influenciar “positivamente as cabeças terceiro-mundistas do Planalto, nas quais ainda existe o ‘conflito Norte-Sul’, uma das amarras que paralisam o Brasil no atoleiro de um Mercosul de tinturas chavistas, um bloco que se converte ao nacional-populismo”. O editorial “Novo líder reforça presença da China na África” (30/03/2013), *O Globo* destaca que o novo presidente da China, Xi Jinping, reagiu a acusações de neocolonialismo na África e prometia compensações para Estados do continente, ocupando espaços que já foram, em parte, do Brasil. O jornal ressaltou que Xi foi à África do Sul onde, pela primeira vez, protagonizou o papel de destaque de um líder chinês nas reuniões do BRICS e lembrou que, ainda que Brasil e China fossem parceiros no clube dos emergentes, eles eram também concorrentes ferozes no mercado mundial. A China já era a maior parceira comercial do Brasil, mas cancelou importações de minérios e de soja devido a gargalos em portos brasileiros que impedem o cumprimento dos prazos de embarque. A crescente voracidade chinesa na importação de matérias-primas daria, na visão do jornal, oportunidade para o Brasil comprometer o parceiro comercial no financiamento da urgente expansão e melhoria da infraestrutura.

Já no editorial “Universidade mal avaliada amplia dimensão da crise”

(06/12/2013), o jornal coloca que, no levantamento da Times Higher Education (THE) sobre as cem melhores universidades do BRICS e 17 outros emergentes, repetira-se a posição inferior brasileira: não havia qualquer estabelecimento brasileiro na relação dos dez mais bem avaliados, liderada pela Universidade de Pequim. Dentre os demais membros do BRICS, a China ocupava quatro das dez posições, e a África do Sul e a Rússia, uma cada. O jornal colocava que tal desempenho era muito limitado para uma das sete economias do mundo e que a debacle na educação brasileira parece, em parte, derivar de um projeto de Estado destinado a solucionar o “problema social”: parecia mais importante criar cotas raciais na Universidade do que aprofundar políticas que conectem o ensino ao desenvolvimento na globalização. Esquece-se, para o jornal, que a questão social só será de fato equacionada com avanços na capacidade de o Brasil competir no mundo, razão direta de uma boa educação. Caso contrário, o Brasil será um Estado de segunda classe, exportador apenas de produtos primários, e com amplas camadas da população dependentes de “gastos sociais”, então parte ponderável das despesas primárias do governo.

Nos temas relacionados à segurança internacional, *O Globo* destacou no editorial “Extrapolação na espionagem americana” (03/09/2013) que o chanceler brasileiro Luiz Alberto Figueiredo que assumiu o cargo depois de Patriota – reafirmou a intenção brasileira de levar para fóruns multilaterais o tema da megaespionagem eletrônica empreendida pelos EUA no mundo, mencionando o papel dos membros do BRICS nessa iniciativa. Ele se referiu à necessidade de uma “governança” mundial que preservasse direitos de Estados, pessoas e empresas. Ainda que o jornal considerasse oportuno o assunto diante dos avanços das tecnologias eletrônicas de espionagem, ele ressaltava que o Planalto deveria dar um passo nessa mesma direção e mobilizar sua base no Congresso para aprovar o Marco Civil da Internet, pronto para ser votado na Câmara. A legislação trazia dispositivos de proteção da privacidade, o que constituiria uma forma de o Brasil dar o exemplo.

Já a *Folha de S. Paulo* criticou não só a atuação brasileira em temas nos quais os membros do BRICS e a cooperação brasileira com eles são citados, como também o próprio agrupamento em si e as suas dificuldades de coordenação. Por exemplo, no editorial “As obras dos BRICS” (01/04/2013), o jornal sinaliza que os membros do BRICS só podem superar suas diferenças caso sejam capazes

de criar instituições que unifiquem suas visões a respeito de pelo menos algum aspecto dos problemas internacionais e que sirvam de meio para exercer influência global. A cúpula do BRICS na África do Sul reforçou, para o jornal, a ideia de que os membros do grupo pretendem ser mais que uma frouxa frente de oposição ao poder euroamericano. Não se trata de um progresso desprezível, uma vez que decidiram criar um banco de desenvolvimento para financiar a infraestrutura no mundo em desenvolvimento e vão debater um fundo de socorro para Estados em meio a crises financeiras. No entanto, a Folha argumenta que as novas instituições não são necessidades prementes dos membros do BRICS, tal como o foram FMI e Banco Mundial. Além disso, o grupo não chegara a um acordo sobre a direção do banco. No que dizia respeito especificamente ao Brasil, o editorial destacava que tal Estado parecia “não ter clareza de seus objetivos”: pretendia receber algum investimento, emprestar mais recursos a Estados da América do Sul e reforçar sua incipiente investida na África, continente também prioritário para os indianos. Numa perspectiva geral, a **Folha** aponta que democracia, interesses econômicos e poder na ONU dividem os membros do BRICS e, portanto, diluem seu poder de influência. Sem instrumentos de atuação conjunta, tais como instituições econômicas multilaterais, seus membros tendem, como grupo, a ter prestígio apenas retórico na diplomacia mundial. No editorial “O bloco da vez” (13/08/2012), o jornal argumenta que o BRICS se tornou “o grande caso de marketing que se incorporou ao léxico porque comunicou de forma direta e simples um fenômeno real, o rápido crescimento de um grupo de países”, mas agrupamentos nesse perfil dizem pouco sobre os Estados, uma vez que eles divergem em termos de regimes políticos, recursos naturais e base econômica. O único editorial em que a *Folha* pareceu adotar um tom menos crítico em relação ao BRICS foi o editorial “Mais calor” (28/12/2012), no qual o jornal aponta que, enquanto exigirem o consenso entre os 195 signatários da Convenção do Clima, as negociações acerca da prevenção do aquecimento global continuarão a produzir muito papel e pouco resultado. Para o jornal, um processo com menos participantes à mesa – EUA, União Europeia, Japão e membros do BRICS, por exemplo – teria mais chances de dar conta do desafio. Na posição do jornal, a economia mundial é “um transatlântico movido a combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, e não será com democratismo multilateral que se conseguirá freá-lo sem danificar seus motores”.

As assimetrias entre os membros do agrupamento e seus problemas internos – fatores que dificultam a cooperação entre eles e os resultados obtidos com essa cooperação – foram também desenvolvidos no editorial “Desequilíbrio nos BRICS” (14/07/2013). A *Folha* argumenta que a China, mola propulsora da expansão e da fama do BRICS, precisava colocar a economia em ordem, uma vez que a expansão excessiva dos financiamentos bancários, nem sempre direcionados ao consumo e a atividades produtivas, criou uma bolha nos últimos anos que Pequim agora tenta esvaziar. Porém, ela não era o único membro do agrupamento que precisava colocar a economia em ordem. Na Índia, um significativo rombo nas transações com o exterior levou a forte desvalorização recente da rupia. A Rússia enfrentava desaceleração econômica provocada pela perda de competitividade do setor privado, exacerbada pelo ritmo lento dos investimentos. Tampouco havia sinais de retomada no Brasil, que, em maio de 2013, tivera a maior contração desde o fim de 2008, segundo o Banco Central. O jornal reconhecia que desequilíbrios, desacelerações e contrações fazem parte dos ciclos econômicos e normalmente são acompanhados por debandada de investidores, e isso não era diferente com os membros do BRICS. O enfraquecimento econômico do agrupamento tem efeito direto em cada um dos Estados membros, com a diminuição do fluxo de comércio e de investimentos. A *Folha* aponta que esse impacto poderá se intensificar se a marca vier a ser substituída por outro “modismo de mercado”.

É possível perceber que, ainda que traga mais foco no agrupamento do que *O Globo*, a *Folha* ainda trata marginalmente as iniciativas conjuntas do agrupamento em relação às críticas feitas a políticas e ao desempenho econômico individual de seus membros, em especial do Brasil e da China, e as propostas de maior aproximação entre seus membros, seja via agrupamento ou mesmo pelos canais bilaterais entre eles. Como exemplo, cabe citar o editorial “Um Plano Dilma” (02/06/2013), no qual a *Folha* critica a política comercial brasileira ao indicar que “o Brasil vai sendo aos poucos escanteado nos acordos internacionais” e que “corre o risco de ficar à margem das redes transnacionais de produção”. Ao passo que os Estados mais avançados ou dinâmicos contornam a falência da OMC, o Brasil se enredava no que o jornal classificava como “negociações infrutíferas” no âmbito do Mercosul e do BRICS. Assim, seria preciso estipular e fazer cumprir um rol de metas mínimo, não tanto um plano

ambicioso de reformas, no sentido de um programa factível de remoção de obstáculos mais imediatos, de restauração da racionalidade econômica elementar e da recuperação da confiança nas possibilidades da economia. No editorial “Conquistar a China” (26/03/2013), a *Folha* aponta que a Cúpula do BRICS em Durban seria uma oportunidade para que o governo brasileiro estabelecesse com clareza as prioridades na relação com seu maior parceiro comercial, a China. Na visão do jornal, a presidente Dilma Rousseff deveria deixar em segundo plano a “infrutífera cobrança de que a China compre mais produtos manufaturados do Brasil”, uma vez que a pauta de exportações concentrada em matérias-primas tem origem mais em problemas internos, que tiram a competitividade da manufatura local, do que no renitente protecionismo chinês. Para a *Folha*, a conversa entre Rousseff e o presidente chinês Xi Jinping seria mais proveitosa caso a representação brasileira enfocasse o “ainda incipiente – mas promissor – financiamento chinês para obras de infraestrutura no país”. O jornal colocava que o tema interessava a ambos os lados: a China precisava de fornecedores confiáveis de alimentos e minerais; o Brasil não tinha recursos para melhorar “sua malconservada e deficitária rede de rodovias, ferrovias, armazéns e portos”. No editorial “Atropelos de Dilma” (29/03/2013), o jornal aponta que acredita serem lesivas à credibilidade da política econômica de Rousseff suas declarações sobre inflação na cúpula do BRICS em Durban, as quais reforçaram a percepção de que o governo federal não tem estratégia definida para lidar com os desafios da economia e do regime de metas inflacionárias.

Já no editorial “Surpresas no Itamaraty” (28/08/2013), a *Folha* aponta que, no contexto da saída de Antonio Patriota do cargo de ministro de Relações Exteriores do Brasil, ele sofreu com questões pessoais e fatores estruturais, em particular a recuperação econômica em curso nos Estados desenvolvidos, que impôs freios aos emergentes. Assim, Patriota se vira, segundo o jornal, forçado a pilotar uma gestão de arrefecimento do ímpeto brasileiro, com a perda de espaço de fóruns como o BRICS e a diminuição da importância de acordos de cooperação e comércio Sul-Sul. Apesar da mitigação de contenciosos com os EUA, Patriota não conseguira ganhar prestígio no Governo Rousseff. Em “Números incômodos” (16/03/2013), o jornal aponta que o IDH brasileiro ficou em 0,730 (o máximo é 1), nota que deixa o Brasil na 85ª posição (entre 187 nações), mas ainda no grupo com elevado desenvolvimento humano. Na

comparação com os membros do BRICS (aqui tratado como acrônimo, sem a África do Sul), só perde para a Rússia – para o jornal, “nada surpreendente, diante da renda per capita baixa de Índia e China”.

Pode-se dizer que *O Globo* não focou em seus editoriais, no período analisado, a cooperação brasileira com os demais membros do BRICS no que diz respeito ao enfrentamento da crise econômico-financeira internacional e seus desdobramentos e aos temas de segurança internacional. O acrônimo – e nem tanto o agrupamento em si – foi mencionado superficialmente em editoriais que desenvolveram argumentos críticos à atuação da presidência e do governo federal no tratamento de questões econômicas e financeiras – em parte ligadas à crise e aos seus desdobramentos – e nos temas de segurança internacional, mas a cooperação brasileira com seus parceiros emergentes não foi o foco de tais textos. No caso da *Folha*, o jornal criticou não só a atuação brasileira em temas nos quais os membros do BRICS e a cooperação brasileira com eles são citados, como também o próprio agrupamento em si e as suas dificuldades de coordenação. Em vários momentos, ela inclusive se refere ao BRICS de forma depreciativa, como um modismo ou “sigla do mercado”. Apesar do foco maior da *Folha* na cooperação entre os membros do agrupamento em relação a *O Globo*, ela ainda trata marginalmente as iniciativas conjuntas do agrupamento em relação às críticas feitas a políticas e ao desempenho econômico individual de seus membros, em especial do Brasil e da China, e as propostas de maior aproximação entre seus membros, seja via agrupamento ou mesmo pelos canais bilaterais entre eles.

Assim, pode-se concluir que o tratamento da cooperação brasileira com os membros do BRICS para o enfrentamento da crise econômico-financeira internacional e seus desdobramentos e dos temas de segurança internacional foi secundário ou inexistente nos editoriais da *Folha* e de *O Globo*. Ainda que a *Folha* reconheça em poucos momentos o BRICS como agrupamento e assuma que ele possa ter alguma relevância, ambos os jornais parecem utilizar o termo BRICS muito mais em referência ao acrônimo do que ao agrupamento. O tratamento marginal que ambos os jornais atribuíram à cooperação brasileira com os membros do BRICS estaria relacionada à menor habilidade do agrupamento de avançar na tradução de visões políticas em ações concretas. Isso está ligado ao desenvolvimento de instrumentos de cooperação e colaboração de baixas

obrigação, precisão e delegação, que resulta de uma estrutura de preferências convergentes dos membros do BRICS por maior agilidade na implementação de compromissos, maior flexibilidade para realização de escolhas políticas e maior independência em relação a partes terceiras. A flexibilidade excessiva e a defesa da autonomia pelos seus membros podem dificultar posições coordenadas diante de desafios recentes. A governança e as reformas internas não acompanharam o crescimento econômico em muitos Estados do agrupamento. A opção pela informalidade e flexibilidade trouxe dificuldades na administração efetiva de percepções políticas divergentes e no estabelecimento de uma agenda cooperativa em novas áreas. A fórmula escolhida pelos membros conseguiu atender a alguns problemas de colaboração, mas não permitiu responder da mesma forma à grande parte dos desafios de estruturação de agendas sólidas na promoção do crescimento e de definição de posições unificadas em negociações externas. Alguns especialistas argumentam que, em determinadas questões, os membros sequer desejaram ou mesmo cogitaram administrar suas diferenças e divergências ou responder conjuntamente a diversos desafios.

### **Considerações finais**

O tratamento marginal que ambos os jornais atribuíram à cooperação brasileira com os membros do BRICS é indicativo da forma como grande parte dos formadores de opinião e da própria opinião pública percebe o agrupamento e suas realizações. Para contornar tais visões, seria necessário ampliar os contatos oficiais e o trabalho com instituições internacionais a fim de traduzir as visões políticas em ações concretas. Porém, antes mesmo disso, os Estados do BRICS deveriam atentar para a elaboração de uma fórmula jurídica que formalizasse seu estatuto e criasse uma plataforma institucional para a cooperação com tais organismos, bem como de instrumentos para a concretização de projetos multilaterais. Ademais, a diversificação de temas e atividades do agrupamento tornava fundamentais um órgão permanente de coordenação e a maior regularidade sobre a discussão acerca de novas ameaças.

## Referências

AGÊNCIA O GLOBO. Dilma Rousseff determina ajustes na política externa do Brasil. *D24Am website*, 5 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.d24am.com/noticias/politica/dilma-rousseff-determina-ajustes-na-politica-externa-do-brasil/52104>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

ANJ. Maiores jornais do Brasil. *ANJ website*, 2013. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ASANO, C. Dilma: esperava-se mais na política externa. *BOL*, 21 fev. 2013. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2013/02/21/camila-asano-dilma-esperava-se-mais-na-politica-externa.jhtm>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

BRANDIMARTE, Walter. Brics se diz pronto para ajudar FMI a enfrentar crise. *O Globo*, 22 set. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brics-se-diz-pronto-para-ajudar-fmi-enfrentar-crise-2694669#ixzz1mIHxWUwO>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

BRICS POLICY CENTER. As Mudanças na Política Externa do Governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”. *BRICS Policy Center website*, maio 2011. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/132/doc/556584881.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

CASARÕES, G. Media and Foreign Policy in Lula’s Brazil. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v.1, n.2, p.201-224, jul.-dez.2012.

CASON, J.W.; POWER, T.J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, v.30, n.2, p.117–140, 2009.

CASTELAN, D. A implementação do consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a Liberalização Brasileira. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, 2010.

CHEIBUB, Z. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. *Dados*, v. 28, n. 1, 1985.

DANESE, S.F. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DEFESANET. Um ano após posse, Dilma mantém política externa de Lula. *Defesanet website*, 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4071/Um-ano-apos-posse--Dilma-mantem-politica-externa-de-Lula/>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

ENGSTROM, P. *Brazilian Foreign Policy and Human Rights: Change and Continuity under Dilma*. Mimeo, 2013.

ETHEKWINI DECLARATION. Durban, África do Sul, 27 mar. 2013. *BRICS5 website*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/fifth-brics-summit-declaration-and-action-plan/>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

79

FARIA, C.A.P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, 2008.

FONSECA JUNIOR, G. *Diplomacia e Academia*. Brasília: FUNAG, 2011.

FSP. *Manual da Redação: Folha de S.Paulo*. 3 ed. revista e atualizada. São Paulo: Publifolha, 2001.

HADDAD, T.. *Diplomacia Pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

HAKIM, P. Brazil and the U.S.: remaking a relationship. *Foreign Service Journal*, p.27-31, jun. 2011.

JESUS, D.S.V. Mídia e política externa: democratização ou instrumentalização? A política externa brasileira segundo a Folha de São Paulo (1998-2002). *Política Externa*, v. 18, n. 3, 2009.

KIRTON, J.; BRACHT, C. Prospects for the 2013 BRICS Durban Summit. *University of Toronto website*, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/commentary/130322-kirton-bracht-prospects.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

LAGO, A. *Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

MANCUSO, W.P.; OLIVEIRA, A.J.. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, v. 69, 2006.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Press Release: BRICS Foreign Ministers' Meeting. Nova York, 24 set. 2011. *BRICS Information Centre*, 24 set. 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/110923-foreign.html>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

80

O GLOBO. Princípios editoriais. *O Globo website*, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

OLIVEIRA, A.J.; ONUKI, J.. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. *Política Hoje*, v. 19, n. 1, 2010.

PINHEIRO, L.. *Os véus da transparência – política externa e democracia no Brasil*. Seminário Temático 05 – Controles Democráticos e Responsabilidade Pública. XXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001, mimeo.

\_\_\_\_. Autores y actores de la política exterior brasileña. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v.9, n.2, p.14-24, 2009.

\_\_\_\_.; MILANI, C. *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VALOR ONLINE. Países dos Brics firmam acordos para atuar na África. *DefesaNet*, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/10157/Paises-dos-Brics-firmam-acordos-para-atuar-na-Africa>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

VEIGA, J.P.C.. As negociações comerciais no governo Lula. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2005.

VEIGA, P.M.; RIOS, S.P.. Política econômica externa do governo Dilma: dilemas e desafios. *Pontes*, v.7, n.1, p.1-3, abr./maio 2011.

WASSERMANN, Rogerio. Em meio a sensação de fracasso, Dilma vê ‘sucesso relativo’ no G20. *BBC Brasil*, 4 nov. 2011b. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111104\\_g20\\_dilma\\_sucesso\\_relativo\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111104_g20_dilma_sucesso_relativo_rw.shtml)>. Acesso em: 19 fev. 2012.

ZIEMATH, G.G.S.. Um Balanço Inicial da Política Externa do Governo Dilma: Continuidades. *Mundorama*, 9 maio 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/05/09/um-balanco-inicial-da-politica-externa-do-governo-dilma-continuidades-por-gustavo-gerlach-da-silva-ziemath/>>. Acesso em: 11 jul. 2013.



## **Cibercultura e contemporaneidade: panorama de uma sociedade da comunicação**

Gustavo Souza Santos<sup>1</sup>

Ronilson Ferreira Freitas<sup>2</sup>

Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis<sup>3</sup>

Josiane Santos Brant Rocha<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho de pesquisa teve como foco as relações entre a cibercultura, a sociedade e a contemporaneidade. Compreender a influência da cibercultura e das formas comunicacionais na sociedade contemporânea através da blogosfera e das redes sociais constituiu seu objetivo norteador. Para os métodos, foi orientada uma pesquisa de campo para que das inter-relações dinâmicas que pendem das novas mídias, da cibercultura e dos sujeitos sociais

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc. Membro da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes.

<sup>2</sup> Graduado em Farmácia pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc. Membro da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE e Membro da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília - UnB. Docente da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc. Coordenadora da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes.

sejam extraídas nuances específicas e densidades de uma sociedade marcada por seu esteio comunicacional. Para tanto, como extrato amostral, foram selecionados intencionalmente professores e pesquisadores do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes, para que se pudesse erigir um panorama dentro da proposta de estudo. O instrumento de coleta de dados utilizado foram entrevistas compostas de questões semiestruturadas. Confrontados com teóricos pertinentes por meio de análise de conteúdo, a pesquisa caminhou por fornecer um relato geral das influências da internet e seus produtos nas relações humanas. Observa-se uma presença cada vez mais imanente de dispositivos e técnicas, destacando-se uma sociedade da comunicação. A cibercultura acondiciona novos hábitos, comportamentos e fatores que constroem identidades e novas práticas sociais.

**Palavras-chave:** Cibercultura. Contemporaneidade. Comunicação Social.

## 1. Introdução

### 1.1 Cenários e problematização

Nos últimos anos, assiste-se a uma valorização crescente e aquecida dos processos comunicativos e da comunicação per si como elementos essenciais na vida social, com vias até mesmo de se caracterizar a sociedade contemporânea como uma sociedade da comunicação, um esteio comunicacional (PEREIRA, 2005). O advento tecnológico ligado à informação e o frenesi de uma sociedade líquida e globalizada fundamentam esse novo dado social, confirmadamente pela expressão e importância cadente dos meios de comunicação cotidianamente (MATOS, 2005).

A consolidação dos *mass media* e a confluência dos atos humanos sob pontes globais de expressão se tornaram como que novas bases nevrálgicas da sociedade na contemporaneidade (PEREIRA, 2005). A internet está inscrita nesse processo, onde a humanidade nunca viveu de forma tão intensa a mudança e a velocidade de transformação de todos os seus processos (TAJRA, 2002). Os produtos cibernéticos se tornaram fatores intimamente inscritos nos meandros sociais gerando fenomenologias novas, despertando o interesse de ciências diversas pela abertura de nichos de pesquisa e reflexão e, imiscuindo-se do próprio substrato sociocultural (SILVA, 2002).

Os novos *media* exigem uma reflexão acurada dada a relação complexa que o homem desenvolveu com tecnicidade e, nesse prospecto, os novos dispositivos comunicacionais submetem o ser humano a um contingente de transformações, que radicalmente alteram a forma como se relaciona com o mundo que o rodeia e com seus sujeitos (MARCELO, 2001). O panorama é elucidativo, a comunicação se enraíza e se concatena à sociedade contemporânea gerando acepções novas e cenários inéditos no tocante à socialização dos indivíduos e suas interações amplamente (MATOS, 2005). Vislumbra-se o viço de comunidades virtuais, nichos inéditos de processamento da ação humana; podem-se considerar gerações de sujeitos mais difusas, que dialogam em um comportamento transmídia; há de se visualizar um patamar diferenciado aos quais as corporações e o mercado se encontram; o caráter efusivo da produção de conhecimento e cultura; o nascimento de uma cultura digital; o aspecto

globalizante e o status altamente conectado ao qual a sociedade se encontra. Faz-se mister diante de dessas novas perspectivas e dados sociais somados a uma floresta densa de possibilidades, perscrutar do comportamento dos sujeitos na sociedade contemporânea, profundamente marcada de perspectivas comunicacionais (PEREIRA, 2005).

Se os contextos oferecem tamanho espetáculo antropológico, cultural e social e, os produtos comunicacionais tornam-se tão expressivos transformando o que antes era sofisticado em algo doméstico e acessível, é imprescindível que se racionalize tais questões para compreender melhor as dimensões do processo comunicativo hoje ante o desdobramento hipermediático que tem a internet por estandarte (PEREIRA, 2005). Posicionar a convergência de lentes metodológicas e científicas sobre a imanência da comunicação social na contemporaneidade diante do leque de possibilidades aberto pelas novas mídias é garantir adequada sensibilidade para captar dos problemas oriundos desse novo espectro da malha social (MATOS, 2005; PEREIRA, 2005).

Diante dessa oferta de cenários, o objetivo do trabalho foi o de compreender a influência da cibercultura e das formas comunicacionais na sociedade contemporânea através da blogosfera e das redes sociais.

## **1.2 Cibercultura, comunicação e contemporaneidade: um terreno em exploração**

Deve-se destacar que a literatura vigente sobre comunicação social radicada no discurso sobre a internet e sobre a cibercultura, amparada no bojo da sociedade no decurso dos últimos séculos, não possui uma unidade de perspectiva, o que gera a perda de articulação teórica sobre o tema, deixando um leque de exploração vasto sem devido acompanhamento (PEREIRA, 2005).

Se por um lado não há unidade de discurso que verse sobre o tema, uma variedade de ideias, pronunciamentos, teorias e hipóteses que tratem da comunicação estão disponíveis constituindo um plano oportuno de investigação. O trabalho quis capitular fenômenos, contextos e mediações realizados no tocante aos impactos da cibercultura na contemporaneidade. Comunicação e seus produtos que se imiscuem nos moldes sociais, se entranham nas práticas socioculturais, delineiam um novo tempo e espaço.

Comunicação diante de uma sociedade líquida. As sociedades recentes

se caracterizam sobremaneira pela complexidade de sua interação e pelo alto grau de reflexão que exige no confronto com suas raízes e expressões gerais (PEREIRA, 2005), assim é pertinente que se trave diálogo expressivo sobre tais temas para que nenhuma evolução ou oportuna contribuição ao conhecimento e à vida humana se perca ou deixe de ser devidamente acompanhada.

A problematização reside no processo vertiginoso de inter-relações e panoramas densos do qual a comunicação na sociedade contemporânea evidenciam a partir de produtos como blogs, redes sociais e comunidades virtuais, sendo necessária uma abordagem investigativa sobre a variedade de elementos e cenários que emanam desse polo contextual recente. O intento da presente investigação se norteia a partir da problemática aberta diante da dimensão da comunicação social, da cibercultura e das novas mídias na sociedade contemporânea, uma vez considerado o panorama amplo de exploração de fenomenologias acopladas a tal cenário, e ainda, à lacuna bibliográfica no que se refere à temática em questão.

### **1.3 Comunicação e contemporaneidade: perspectivas de estudo**

Toda interação humana se baseia na comunicação (MATOS, 2005). No interior da sociedade contemporânea, a comunicação tem tomado proporções cadentes forjando como que uma geração de indivíduos amparados por produtos comunicacionais e inseridos como que em uma sociedade da comunicação (PEREIRA, 2005). A relevância a que os meios de comunicação social têm adquirido na sociedade e a maneira inédita na qual os indivíduos se socializam na densidade de um panorama efusivo de conexão e interação são estágios amostrais de uma dimensão considerável assumida pelas comunicações no contexto hodierno (SILVA, 2002). A velocidade das mudanças que as novas mídias e os cenários construídos por estas fomentam, provocam um constante estado de atualização e ebulição de práticas e conhecimentos (TAJRA, 2002).

O contexto contemporâneo oferece uma possibilidade privilegiada de observação de tais cenários. Observam-se novas práticas de sociabilidade (redes sociais e comunidades virtuais), novos meios e estágios de produção do conhecimento e da cultura (cibercultura, ciberativismo), nichos inusitados aos quais se processa a interação humana (cidade digital, democracia digital,

sociedade da comunicação), tudo amalgamado num movimento que coaduna a malha social e as prerrogativas da comunicação inserida em seus recônditos e intermediando a vivência de seus sujeitos (MENEZES, 2008). Tem-se diante dos olhos e receptáculo científico um panorama investigativo difuso que faz considerar os arquivos da história humana no tempo e no espaço no tocante a fundamentação das bases sociológicas e do soerguimento da comunicação num percurso que converge para a contemporaneidade (PEREIRA, 2005).

A pertinência desse trabalho está associada à influência da comunicação através das novas mídias e da internet na sociedade contemporânea, fazendo considerar dimensões ulteriores de ambas as instâncias, a comunicacional e a social. É preciso acompanhar efetivamente cenários que, marcados por um nível de complexidade acentuado, são também voláteis. Perspectivas e contribuições outras podem ser apreendidas de tal prospecto investigativo revelando resultados de natureza reflexiva e factual para vida humana na contemporaneidade. Abre-se uma faceta investigativa, o homem se lança numa aventura, onde a noção de espaço e de tempo é subvertida, protagonizada pelos novos *media*, dispositivos tecnológicos que operam a recontextualização comunicacional dos nossos dias (MARCELO, 2001).

O apoio teórico existente, sensível ao tema proposto, oferece grande variedade de contribuições. Entretanto, sem uma unidade capaz de contemplar as dimensões espessas que a comunicação instaurou na sociedade e em seus indivíduos (PEREIRA, 2005). Há uma oportunidade fecunda de investigação e contribuições que se evidenciam quando do contato com tal temática, pois os indivíduos como a sociedade recente se inserem num plano complexo de relações (o ciberespaço, a cibercultura, a sociedade da comunicação e da informação). Tem-se aqui, um valor de pesquisa amplo, pois erigir uma pesquisa que trafegue sobre bases tão difusas e atuais é fomento para que o conhecimento atinja raias mais profundas e produza resultados multiplicados. O Brasil supera mais de 80 milhões de usuários de internet sendo o quinto país que mais acessa rede (IBOPE, 2012), assim o corpus do intento de pesquisa se vê perpassado de um campo de estudo ainda mais denso e instigante.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Caracterização da investigação**

Adotou-se como processual de pesquisa um estudo qualitativo sobre a modalidade da pesquisa de campo, no ensejo de desenvolver um estudo investigativo mais aproximado do objeto de pesquisa. O núcleo da problemática em estudo é aproximar-se das margens onde o objeto de estudo deriva, para colher observações e análises de sua dimensão.

### **2.2 Perspectivas da amostra**

A estratégia de investigação se deu na seleção de indivíduos especialistas para traçar um panorama sobre o objeto de estudo. Com as contribuições de pesquisadores de áreas afins, pode-se construir um retrato investigativo das dimensões da cibercultura em diálogo com a contemporaneidade. O extrato amostral foi composto de docentes e pesquisadores do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes, selecionados intencionalmente e sob o critério amostral de saturação. A amostra final foi composta de 5 indivíduos, entre docentes e pesquisadores.

89

### **2.3 Coleta de dados e aspectos gerais**

Foi desenvolvido um roteiro de entrevistas com questões semiestruturadas para a coleta de dados. O conteúdo das questões interrogou sobre a presença da internet no cotidiano dos sujeitos sociais; hábitos e acessos; dimensão das redes sociais, blogs e portais; as tecnologias da informação e comunicação e dispositivos; as relações da cibercultura com as experiências profissionais e pessoais; cibercultura e a produção do conhecimento; cibercultura e a expressão artística; cibercultura e democracia; e cenários futuros que tocam a sociedade e as dimensões em torno da cibercultura. As entrevistas foram gravadas e devidamente transcritas e, posteriormente, foram analisadas sobre a técnica da análise de conteúdo. Os indivíduos entrevistados foram iniciados nos propósitos do projeto e do desenvolvimento deste trabalho assinando um Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido. O trabalho possui aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc sob o protocolo 130.057 de 21 de novembro de 2012.

### **3. Resultados e Discussão**

O extrato amostral e seu instrumento de coleta de dados fizeram parte da estratégia de investigação do presente trabalho, pautada em desenvolver um panorama sobre a dimensão da cibercultura na contemporaneidade, no tocante ao cotidiano, hábitos, tecnologias, experiências pessoais, profissionais, produção do conhecimento e arte, democracia e cidadania e cenários futuros. Através dessas nuances, quatro categorias de respostas emergiram e que a seguir serão apresentadas.

#### **3.1 Cibercultura: da fenomenologia ao impacto sociocultural**

É sabido que o ciberespaço promove um enredamento dos sujeitos por meio de práticas e atividades, a cibercultura, que possuem por vínculo a sociabilidade (LÉVY, 1999). No terreno do ciberespaço e sob o domínio da cibercultura, informação e comunicação se mostram como torrentes (LÉVY, 1993). Os estudos sobre as fenomenologias gestadas pela internet, das tecnologias da informação e comunicação se entrecruzam com uma série de fatores. Cultura, sociedade, sujeitos sociais, todos sofrem os impactos da cibercultura, em alguma medida ou dimensão:

Os hábitos digitais dos usuários em meio à horda de informação e comunicação que porta a cibercultura e as propriedades do ciberespaço dizem de um fenômeno mais denso e enraizado na própria sociedade no decurso dos séculos. Não se trata apenas de um fenômeno aquecido por modernas técnicas, dispositivos e estratégias condicionantes. A cibercultura pende da evolução da técnica, mas antes de mais nada, precisa ser entendida como uma proposta do tempo e do espaço às gerações mais recentes [ENTREVISTADO 1].

Uma geração mais conectada. A conexão configurada como um direito inalienável de todo homem. É um cenário deveras novo e diferenciado. Contudo, não pode ser compreendido apenas como um sobressalto histórico e futurista. Antes de qualquer ensejo, a fenomenologia da revolução dos computadores, da Web 2.0 e do ciberespaço é uma fenomenologia dos sujeitos, das sociedades, da cultura no tempo [ENTREVISTADO 5].

A natureza da fenomenologia da cibercultura é cadente, contudo, é matéria de base das ciências sociais como um todo. Trata-se de um evento legítimo que se configurou ao longo da evolução das técnicas e no limiar de um século marcado por expectativas e perspectivas. Destaque-se que estudos que remontem a um desenho da cibercultura na contemporaneidade, não podem prescindir de um estudo amparado na dimensão história da cultura e das sociedades, uma vez que cibercultura e ciberespaço são participantes do núcleo histórico da humanidade.

Para estudos consistentes, prevalece a máxima dos esforços do estudioso de cibercultura Pierre Lévy (1999), onde pondera que a metáfora de “impacto”, comumente adotada para designar os fenômenos que cercam tal temática é inadequada. Isso porque faz considerar os fenômenos com uma autonomia dilaceradora e perturbadora ou uma entidade fria e alheia aos seres humanos (LÉVY, 1999). No entanto, o que se verifica é um processo corrente, digno de atenção e rigor científico em sua observação e pareado aos nichos da ação e fruição das vivências humanas e práticas sociais. Isso quer refletir para fins de consolidação das hipóteses levantadas nesse trabalho – e em consonância às falas dos entrevistados – que, os estudos sobre a cibercultura não se limitam a uma teoria das técnicas e sistemas, mas a uma teoria de representações, de cruzamento de ciências e na autonomia de um estudo que toca as ciências humanas e sociais aplicadas.

### **3.2 Cibercultura: de seus produtos e eixos**

A contemporaneidade oferece uma série de produtos com os quais se podem debruçar para inferir da imanência da cibercultura. As redes sociais se desenvolveram como um palco empírico para retratos diversos da contemporaneidade em meio à comunicação, cibercultura e aspectos socioculturais. Sobre as redes sociais online, destacam os entrevistados:

Nichos de sociabilidade, com o pano de fundo do entretenimento e da interconexão, as redes sociais e os blogs revelam traços mais densos sobre o comportamento social dos sujeitos hoje, por mais que relações mercadológicas e publicitárias se misturem às práticas sociais. A interação é a máxima das relações que se privilegia de uma necessidade de conexão ilimitada e irrestrita. Os sujeitos nas redes em meio a contas e perfis promovem interações e criam uma sociabilidade ressignificada [ENTREVISTADO 2].

As redes sociais, bem como os blogs, correm o risco recorrente de serem tachadas apenas de espaços de entretenimento por entretenimento ou de bobagem coletiva, como preferirão alguns. Contudo, mesmo nos momentos onde o entretenimento é a pedra de toque, está presente o caráter essencial que anima os estudos sobre a cibercultura: a sociabilidade [ENTREVISTADO 4].

Facebook, Twitter, Instagram, entre diversas outras redes sociais, e os blogs abarcam usuários numa rede voraz por dados e informações. E isso é o que caracteriza a geração na qual a cibercultura se origina... A avidez por informação, o imediatismo... A conexão é a moeda de troca, a pedra filosofal da coisa toda... Os que estão inseridos nas práticas das inúmeras redes sociais dizem de si, mas dizem muito mais dos fenômenos que o cercam e da história que fazem a cada mensagem trocada, a cada compartilhamento, a cada acesso (...) [ENTREVISTADO 3].

Um aspecto característico e determinante para um estudo sobre a cibercultura é a interação e conexão como base e eixo de suas relações. Os produtos da internet, como as redes sociais e a blogosfera, fundamentam a construção de comunidades virtuais, de nichos sociais distintos ao sabor da conexão e da interatividade dos sujeitos no ciberespaço (TAJRA, 2002). O diferencial desses novos espaços de sociabilidade e vida comunitária digital é a forma como se desenvolvem as relações, num fluxo de informações e por meio de um compartilhamento sistemático (SILVA, 2005). Não se tratam apenas de tecnologia e sistemas de interação, mas espaços onde a sociabilidade acontece e o conhecimento se acende em fruição (MATOS, 2005).

### **3.3 Cibercultura: do desenvolvimento das relações humanas**

A cibercultura como palco de novas formas de sociabilidade, como natural em expectativa, desenvolveu formas próprias onde os contextos sociais humanos se desenvolvessem.

Os relacionamentos afetivos começam a ser desenvolvidos também através desses novos nichos de sociabilidade. Pessoas estabelecem ligações e contatos e transpõem os relacionamentos afetivos do real para o virtual e do virtual para o real [ENTREVISTADO 1].

Relacionamentos amorosos, contatos, amizade. O ciberespaço como núcleo de interação humana não poderia o fragmentar, sendo então consequente que o homem fosse atingido integralmente em seu fazer e agir. O surgimento de sites de relacionamento ou o feitiço de novas relações online não quebram paradigmas meramente... Mas estabelecem novas visões sobre como as relações humanas são mergulhadas nesse oceano de interação... É fascinante, novo e interrogativo... [ENTREVISTADO 4].

Não só os relacionamentos afetivos são contemplados pelas formas de sociabilidade promovidas por esse mundo virtual... O trabalho, a atividade profissional e a imagem pessoal são contemplados... E não se tratam apenas de novas funções e atividades que nascem com a cultura digital... Não... É o desenvolvimento humano que é permitido em cada clique... [ENTREVISTADO 5].

As relações humanas são inteiramente baseadas em comunicação (MATOS, 2005). Nesse ínterim, o homem onde quer que esteja verte sua essência e não consegue prescindir de sua condição seja o ambiente a que estiver inserido. No diálogo sobre a cibercultura e as formas de sociabilidade delineadas por ela, o *modus vivendis* e o *modus operandis* no desenvolvimento dos relacionamentos humanos compõe o grande universo de pesquisa, e os objetos de estudo prediletos aqui. Constata-se que os relacionamentos pessoais, afetivos e sociais são transpassados pela cibercultura por um desenvolvimento natural diante daqueles que são usuários e vivenciam suas práticas, e não de modo mecanicista e/ou condicionante como se poderia presumir destacando a dimensão técnica que envolve a cibercultura (LÉVY, 1999).

### **3.4 Cibercultura: do direito e da expressão social**

Com o surgimento das comunidades virtuais e as propriedades que esses produtos e a internet per si inauguraram no seio social, os sujeitos sociais foram dotados de maior liberdade e expressão (TAJRA, 2002). A cultura digital, o ciberespaço

e cibercultura pelo acesso irrestrito a uma torrente de informações e pelo espaço comunitário velado que oferecem – redes sociais, blogs, fóruns, outros –, deram aos indivíduos mais condições de expressão e segurança ao expressar-se (MARCELO, 2001). E nesse mesmo patamar, a gama de informações oferecidas e à disposição de um clique investe os sujeitos de certa autonomia e liberdade para construírem suas próprias filosofias, discursos, opiniões e representações (SILVA, 2005). Nesse sentido:

Com a cultura digital, os sujeitos ganham mais voz e segurança... Não que não o tenham democraticamente e na garantia de seus direitos... Contudo, a cibercultura inaugura novas formas de se exercer a cidadania, a chamada cidadania digital... O indivíduo não só resolve necessidades de serviço público em rede, mas também reivindica e exercita sua cidadania no âmbito digital como em uma extensão da realidade [ENTREVISTADO 3].

Temos nessa promoção da liberdade e do direito promovidas pela cibercultura oportunidades e perigos. A oportunidade é que os indivíduos expressam sua voz, se tornam ativistas... Ou melhor, ciberativistas... E os perigos são os de que a voz dos indivíduos fique apenas relegada ao espaço digital e não ecoe de maneira efetiva no chão do cotidiano... Todavia, com a cibercultura, abre-se espaço para sujeitos mais ativos, conscientes de seus papéis e mais inseridos no meio onde vivem... Trata-se de uma democracia digital... [ENTREVISTADO 2].

Observa-se que a cibercultura se orienta para além das raias sociais no que tocam interatividade e sociabilidade. Aspectos inerentes às sociedades também são contemplados. A cibercultura absorve todas as instâncias do proceder humano, sendo-lhe uma ferramenta para a consecução de sua ação e efetivação de seu trabalho. Os conceitos de direitos e deveres, democracia e cidadania ganham significados agregados com a cibercultura. Qualquer novo cenário oferece ameaças e oportunidades, contudo, a cibercultura delinea caminhos com os quais os indivíduos, grupos e sociedade inteira possam lidar, manusear e intervir, como um legítimo anexo da vida humana.

#### 4. Considerações Finais

O surgimento da internet e o desenvolvimento tecnológico vertiginoso das últimas décadas alimentaram cadentes mudanças sociais e culturais. Dentre esses aspectos, o surgimento do ciberespaço e da cibercultura como ambiências fruto das complexas inter-relações humanas em conexão às tecnologias desenvolveu fenomenologias que despertam o interesse das ciências sociais de modo bastante particular. O trabalho pode mergulhar nessas instâncias e conhecer esse objeto de estudo denominado cibercultura no tocante ao mais expressivo de seus frutos, as novas formas de sociabilidade que inaugura.

Os cenários surgidos com a cibercultura, mais especificamente no palco empírico das redes sociais e da blogosfera, tem pertinência sociológica, filosófica, cultural, política e numa vastidão de práticas, pois é o homem que está em sua raiz. Aponta-se o homem como um sujeito social, mas pode-se posicioná-lo também como um ser comunicacional. A inserção e o espaço que os produtos comunicacionais possuem na vida do homem contemporâneo uma convivialidade espontânea, estando em todos os momentos de sua vida, como extensões reais do homem. Em seu devir cotidiano, pessoal, profissional e recreativo, está presente esse enredamento de conexões e volumosa gama de informações chamado ciberespaço e a fruição de práticas, denominada cibercultura. Tal universo convive com as tarefas práticas dos sujeitos, como seu agir, sentir, vivenciar, experimentar e socializar. Em outras palavras, temos na cibercultura um espectro da própria cultura dos sujeitos. Mas vale ressaltar que a vivência da cultura digital exige certo nível de conectividade para acentuar sua pertença, portanto, temos maior e menor intensidade da influência da cibercultura na vida dos indivíduos. Tendo a internet como fonte, é corrente que seu acesso determine maiores ou menores níveis de predominância e influência, o que não significa que para ser alcançado ou ter a vida influenciada por essas práticas demande que se deva possuir hábitos online intensos e frequentes. A cibercultura perpassa o cotidiano social e as relações sociais já recebem de sua incidência, porém a medida é que varia quando se consideram hábitos de usuários mais assíduos de redes sociais e blogs, por exemplo.

Conclui-se que as redes sociais e os blogs, como objetos empíricos desse estudo na análise da influência da cibercultura na contemporaneidade, exercem

um poderio de penetrar todos os espaços como uma segunda pele, como uma roupagem própria do tempo, não como uma moda, mas como um evento social. A facilitação das tarefas diárias, o reforço e legitimação das relações, a construção de identidades e representações, a promoção de novas formas de cidadania e expressão, a disseminação do conhecimento, vivências diversas. Não se trata, enfim, de um mecanicismo ou subversão da técnica sobre o humano, mas um evento humano, sociocultural, que merece atenção e análises minuciosas já que os cenários se dissolvem facilmente na contemporaneidade. Estudos pormenorizados sobre as diversas facetas da cibercultura podem conferir ainda mais relevância à proposta de estudo aqui desenvolvida e que, destarte iniciado o projeto, tomaram lugar em novas análises e trabalhos.

## Referências

IBOPE NILSEN ONLINE. *Internet no Brasil supera a marca de 80 milhões de pessoas*. Internet, Notícias, Press/Releases 2012. Data de publicação: 11 jun 2012. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Internet&docid=DDA7A78D9195CE3483257A1A006507C0> . Acesso em 16 jun 2012.

96

INSTITUTO BRASIL LEITOR. *Mapeamento da leitura no Brasil*. Perfil do Internauta brasileiro pela pesquisa do Media Metrix. Setembro de 2000. Disponível em <http://www.brasilleitor.org.br/www/pesquisa.aspx> . Acesso em 14 de maio de 2012.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *Tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

MARCELO, A. S. *Internet e novas formas de sociabilidade*. Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 159 p., 2001.

MATOS, M. A sociedade da comunicação. *Ciências da Comunicação*, N° 18672. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005.

MENEZES, M. Comunicação a partir da complexidade contingente da modernidade segundo a perspectiva de Niklas Luhmann. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, América do Norte, 31, nov. 2008. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/view/167>. Acesso em: 17 Mai. 2012.

PEREIRA, S. Sociologia da Comunicação: as bases de um estudo no contexto das organizações. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - SOPCOM, 4. 2005, Aveiro, Portugal. Anais. Aveiro, Portugal: Comissão Editorial da Universidade de Aveiro, p.1985-1995, 2005.

SILVA, M. L. *Cultura e Sociedade da Comunicação*. IBERCOM 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em 17 Maio 2005.

97

---

TAJRA, S. F. *Comunidades Virtuais: um Fenômeno Social da Sociedade do Conhecimento*. 2002. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.



**FONSECA, André Azevedo da. *A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.**

## **Mário Palmério: a construção do mito na política mineira**

Ana Carolina Ribeiro<sup>1</sup>

*A construção do mito Mário Palmério* é resultado da pesquisa de doutorado do professor e pesquisador André Azevedo da Fonseca. O livro explica a trajetória profissional, social e política de Mário Palmério no interior de Minas Gerais através de uma perspectiva da História Cultural e observa os procedimentos simbólicos que esse personagem empreendeu para teatralizar um papel social e alcançar consagração pública, tornando-se um mito político regional. A pesquisa foi publicada pela editora Unesp, em novembro de 2012.

A obra é dividida em dois atos e subdividida em sete capítulos. O primeiro ato se designa a análise da ascensão social e profissional de Palmério na cidade de Uberaba, na primeira metade do século XX. O autor explana sobre o prestígio da família no meio social, a socialização, a formação e consolidação das instituições de ensino que Palmério empreendeu. Ainda no primeiro ato, a mesma trajetória profissional é revisitada em uma análise de caráter documental, em que se constata o manejo habilidoso de Palmério para conquistar a ascensão social e o

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Especialista em Moda: Produto e comunicação - UEL e Especialista em História da Arte, pela UEL.

prestígio de seus conterrâneos. O segundo ato analisa a consagração de Palmério como um mito político a partir das crises geradas em Uberaba no período pós-guerra em meio à instabilidade social, política, econômica e identitária.

No primeiro capítulo, Fonseca destaca o prestígio conquistado pelo pai, juiz, e os irmãos mais velhos através das homenagens, declarações e troca de elogios estampados nas páginas do jornal impresso *Lavoura e Comércio*. Analisa as relações sociais da família Palmério com a elite de Uberaba imersa sob o caráter de uma ficção consentida. Essa notoriedade do pai e o renome dos irmãos mais velhos foram instrumentos introdutórios para a construção simbólica de Palmério. O segundo capítulo traça os primeiros passos para a construção da personagem Mário Palmério no cenário social de Uberaba a partir de dados biográficos e registros impressos. Também relata detalhes sobre o período da formação de Mário nas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Fonseca, a carência de instituições de ensino em Uberaba na década de 1940 suscitou em Mário um campo de oportunidades para empreender. No período de uma década, Palmério conseguiu criar uma escola primária, um ginásio secundarista, uma escola de comércio, um colégio com curso científico e uma faculdade de odontologia com sede monumental. Porém, o autor argumenta que o êxito da ascendência de Palmério nos círculos sociais não ocorreu apenas pelo sucesso de seus empreendimentos, mas, pela forma como articulou suas relações com a elite local através da troca de elogios na construção de textos carregados de adjetivos e metáforas que eram publicados no jornal *Lavoura e Comércio*. Esses aspectos são explorados na pesquisa a partir dos conceitos dos antropólogos Balandier e Goffman, que analisam o caráter teatral na vida social. Os termos “teatro social”, “cenário político”, “palco”, “ator político”, “atuação social”, “papel social” e os verbos “encenar”, “representar”, “atuar”, utilizados por Fonseca, reafirmam a construção simbólica de Palmério no imaginário social como uma espécie de “teatrocracia”.

Fonseca constrói uma teia de informações sobre Palmério a partir dos contextos pessoal, familiar e social e analisa a forma como ele utilizou desse poder simbólico da atuação social para se consagrar como mito e, assim, construir sua carreira política com êxito. A análise da carreira política de Palmério é introduzida a partir da contextualização histórica e política da região de Uberaba no período pós-guerra que gerou uma série de crises. O autor argumenta, a partir de bases

teóricas, que o surgimento do herói é oportuno na condição de crise. Assim ocorreu com Palmério, que anunciou sua candidatura como deputado federal nas eleições de 1950 em hora oportuna, e utilizou seus méritos como empreendedor e de suas relações sociais como instrumentos a favor para a disputa. Mesmo diante da suposta conspiração advinda da oposição, no comício realizado por Getúlio Vargas, o professor vence com êxito as eleições. Fonseca constata que a vitória nas eleições não dependeu apenas das estruturas partidárias e dos arranjos políticos de lideranças tradicionais, mas também do conjunto de elementos da cultura política regional que Palmério aprendeu representar em sua trajetória.

Contudo, o autor analisa as estratégias simbólicas que Palmério, enquanto ator social e político, operou no imaginário social do interior mineiro para teatralizar uma imagem pública e conquistar distinção social. Entre as fontes documentais, o jornal *Lavoura e Comércio* se tornou fundamental não só para a análise de Fonseca, mas foi o escopo para a construção mítica de Palmério. Além do êxito profissional e político, Palmério também teve reconhecimento como autor literário, através das obras *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre* e tomou posse na Academia Brasileira de Letras, em 1968, assumindo a cadeira de Guimarães Rosa<sup>2</sup>.

André Fonseca atualmente é docente e pesquisador atuante no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenou o portal eletrônico *Memorial Mário Palmério*, da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

## Referências

FONSECA, André Azevedo da. *A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONSECA, André Azevedo da. A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade. *Contracampo*, Niterói, v. 1, n. 16, p.167-182, jan. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/398/196>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.uniube.br/mariopalmerio/quem\\_foi/quem\\_foi.php](http://www.uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/quem_foi.php). Último acesso: set.2014.



## Ode à pós-modernidade

Luis Eduardo Veloso Garcia

Filhos de Hamlet

Abracem seus relógios derretidos

Fumando cachimbos

Que não existem

Onde sonhos intranquilos

Metamorfoseiam-se

Na busca de cidades invisíveis

